

HELVÍDIO NUNES



4.810 35

2095

72i

1

STANTES
DE UMA VIDA

BRASÍLIA — 1981

SUMÁRIO

	Pág
Discurso de posse na Prefeitura de Picos	7
Discurso na convenção de escolha de candidato a Governador do Piauí	11
Discurso de posse no Governo do Estado do Piauí	15
Aos alunos da Escola Superior de Guerra	23
A palavra do Comandante da Escola Superior de Guerra	39
Homenagem	41
Conceituação de desenvolvimento	43
Discurso de Diplomação no Tribunal Regional do Piauí	57
A SUDENE e o Piauí — 1º discurso pronunciado no Senado Federal	63
Discurso na Convenção da ARENA — PI	71
Discurso de diplomação na Assembléia do Piauí	73
Fotografias e Documentos	75



EXPLICAÇÃO

Ao descobrir no primeiro semestre do fluente ano, casualmente, exemplar da publicação do discurso de posse no cargo de Prefeito Municipal de Picos (Piauí), marco inicial da minha trajetória política, decidi, num misto de alegria e emoção, publicar esta coletânea de pronunciamentos.

Antes, sobretudo na Faculdade Nacional de Direito, participei intensamente da política universitária, com a responsabilidade, inclusive, pela publicação, durante um triênio, do jornal do Centro Acadêmico.

Mas foi em Picos, após a formatura, e até por força das condições peculiares do meio a que me integrei familiar, social e profissionalmente, que fiz a opção definitiva.

Dediquei-me, então, inteiramente à política.

Agora, quase trinta anos transcorridos, senti que o desamor que sempre devotei às solenidades e à memória das inaugurações, ao tempo em que exercia funções executivas, não deveria ser exageradamente cultivado, até porque incompatível com as próprias e crescentes exigências do exercício da vida pública.

Lamento, assim, pouco tenha recolhido, durante os muitos anos de atividade administrativa, para hoje oferecer, até mesmo com o propósito de amenizar a tarefa dos possíveis leitores.

Certo é que, das inflamadas palavras do Prefeito ao segundo mandato de Senador, vai uma longa ação desenvolvida, no Executivo e no Legislativo, compondo a vida pública que me coube até aqui desempenhar.

É dessa missão que se desenrola há quase três décadas, pois, que mostro, documentariamente, alguns dos momentos mais expressivos.

Eis as razões, portanto, do livro e do título — Instantes de Uma Vida.

Brasília, novembro de 1981

Discurso de Posse na Prefeitura de Picos

Discurso pronunciado no dia 31 de janeiro de 1955

Senhores:

Eleito, pela vontade soberana do povo picoense, Prefeito desta laboriosa e progressista comuna, sejam as minhas primeiras palavras, ao assumir tão honrosa função, de público agradecimento a todos quantos contribuíram para a vitória do candidato da Aliança Democrática Progressista.

Durante quarenta e cinco dias de propaganda político-partidária, que antecederam à realização das eleições de três de outubro do ano próximo passado, visitei todos os povoados e percorri todas as fazendas, que compreendem o nosso Município, em companhia de devotados amigos da União Democrática Nacional e do Partido Social Progressista. Relegados a segundo plano os percalços sofridos, o esforço despendido e as energias empregadas, foram quarenta e cinco dias de contato direto com o povo, de esclarecimento dos meus propósitos e de auscultamento das suas necessidades e anseios mais prementes.

Em todos os sítios visitados, em todas as oportunidades que falei ao povo, inclusive pelas amplificadoras e nos comícios efetuados nesta cidade, foi minha preocupação primeira afirmar que não prometia ao povo senão uma perfeita e escrupulosa aplicação dos dinheiros públicos. Em poucas palavras, portanto, resumia todo o meu programa. E, talvez impressionados mais pela sinceridade do meu verbo do que pelos méritos pessoais, os conterrâneos exararam a sua sentença, prolataram o seu decisório irrecorrível.

A vontade popular consignada em maioria tão expressiva, quanto desvanecedora, e honrosa sobre todos os aspectos, porém, não me envaidece, não me obnubila o raciocínio a ponto de esquecer que, indicado candidato pela UDN, apoiado pelo PSP, eleito pelo povo, sou um mandatário do próprio povo que me elegeu, que sufragou o meu nome e a quem tenho, por conseguinte, de prestar contas. Mesmo porque, consoante lapidar ensinamento de Rui Barbosa, "só há uma glória verdadeiramente digna deste nome, é a de ser bom, e essa não a conhece a soberba, nem a fatuidade.

A adoção dessa norma, entretanto, não traduz tibieza, muito menos implica desejo de fuga à responsabilidade. Ao contrário, quer antes significar que,

sem cometer abusos, mas cumprindo e fazendo observar as leis, sem praticar violências, mas zelando pela moralidade administrativa, sem guardar ódios ou rancores, mas procurando sempre distribuir justiça, o chefe do Executivo Municipal jamais, com a ajuda de Deus e a compreensão de todos os munícipes, consentirá que pretensões de grupos predominem sobre as gerais, que os interesses individuais se sobreponham aos da coletividade.

Bem sei que grandes serão os obstáculos a transpor, conhecida, principalmente pelos que mais de perto estudam os nossos problemas, a precária situação da coisa pública picoense. Daí por que convém desde já, embora perfunctório, um exame do real estado dos negócios municipais, a fim de que todos possam julgar e conhecer as possibilidades realizadoras do governo que hoje se inicia.

A Lei nº 164, de novembro de 1952, que orçou a Receita e fixou a Despesa do Município de Picos, para o exercício de 1953, previu a arrecadação de Cr\$ 1.005.035,00 (hum milhão, cinco mil e trinta e cinco cruzeiros), e a despesa de Cr\$ 970.000,00 (novecentos setenta mil cruzeiros.) Apresentou, por conseguinte, um superávit de Cr\$ 35.035,00 (trinta e cinco mil e trinta e cinco cruzeiros). Realizado dito exercício financeiro consignou o Sr. Prefeito Municipal, no relatório apresentado aos 18 dias do mês de janeiro de 1954, à Câmara de Vereadores, a Receita de Cr\$ 1.585.903,50 (hum milhão, quinhentos oitenta cinco mil, novecentos e três cruzeiros e cinquenta centavos), assim também a despesa de Cr\$ 1.510.012,60 (hum milhão, quinhentos e dez mil, doze cruzeiros e sessenta centavos.) Nestas condições, enquanto a arrecadação levada a efeito superou a prevista em Cr\$ 580.868,50 (quinhentos e oitenta mil, oitocentos e sessenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), a despesa realizada superou a orçamentária em Cr\$ 540.012,60 (quinhentos e quarenta mil, doze cruzeiros e sessenta centavos.) Assim sendo, não constituiu motivo de júbilo, antes de sérias apreensões, a elevação da Receita, absorvida pela Despesa, ainda mais sabido que consequência da diferença da previsão e da realização do auxílio federal, criado pelo art. 15, § 4º, da Constituição de 18 de setembro de 1946. Praticamente, portanto, trabalhou o Sr. Prefeito com um orçamento deficitário.

Que dizer, porém, do de 1954? A Lei nº 195, de 20 de outubro de 1953, orçou a Receita e fixou a Despesa em Cr\$ 1.588.950,00 (hum milhão, quinhentos e oitenta e oito mil e novecentos e cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 1.385.927,50 (hum milhão, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos), respectivamente. Pois bem, a arrecadação não atingiu a previsão, mas a Despesa ultrapassou, em mais de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), a fixação orçamentária.

Interessa conhecer mais de perto, todavia, o orçamento elaborado para o presente exercício. A Receita, de acordo com a Lei nº 270, de 30 de outubro de 1954, foi orçada em Cr\$ 1.510.838,90 (hum milhão, quinhentos e dez mil, oitocentos e trinta e oito cruzeiros e noventa centavos), inferior, portanto, à arrecadação de 1954, enquanto a Despesa foi fixada em Cr\$ 1.405.527,50 (hum mi-

lhão, quatrocentos e cinco mil, quinhentos e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos), praticamente igual a do ano próximo findo. Assim, e ao invés de uma progressiva elevação das rendas, a par de pequeno aumento da despesa com dotações de caráter pessoal, o que todos verificam é uma paralela elevação do bônus receita-despesa, aquela sujeita às mutações do auxílio federal, e esta impulsão por constantes aumentos de vencimentos, e também, criação de inúmeros cargos, que consomem toda a renda, de modo a tornar impossível qualquer realização prefetural.

Realmente, não foi outro o espírito que presidiu a elaboração e votação do vigente orçamento, no qual, somente para ocorrer às despesas com o funcionalismo, subvenções e gratificações, foram consignadas, nas diversas rubricas orçamentárias, verba superior a Cr\$ 1.130.000,00 (hum milhão, cento e trinta mil cruzeiros), e, o que é pior, superior à renda real do Município de Picos.

Que fazer? Que poderá executar o Prefeito, no corrente ano, com um orçamento deficitário? Como poderá cuidar da limpeza e da pavimentação das ruas, da elaboração de plantas altimétrica e planimétrica da cidade, da construção e conservação de estradas, do melhoramento das condições sanitárias da população citadina, da construção de uma rede de esgotos, do melhoramento e ampliação da capacidade de utilização dos próprios municipais, e, para não ir mais longe, da iluminação pública?

O que é inegável, o que é incontestável e irretorquível é que faltou completamente, aos responsáveis pelos nossos destinos, qualquer parcela de espírito público, qualquer parcela de interesse pelo bem da coletividade. E a culpa cabe menos ao Chefe do Executivo do que ao Poder Legislativo, tângido por uma maioria ocasional facciosa, preocupada, apenas, com as suas conveniências pessoais e políticas. Assim é que depois da Resolução nº 10, de fevereiro de 1953, a Câmara de Vereadores, sem criar as fontes de renda necessárias, e numa proliferação legislativa denunciadora, passou a votar projetos de finalidade duvidosa, culminando com a elevação dos próprios subsídios, hoje fixados na quantia de Cr\$2.300,00 (dois mil e trezentos cruzeiros), criação e elevação verificadas, clama aos céus, dentro da mesma legislatura. Precisavam alguns vereadores, porém, justificar o injustificável procedimento. Que fizeram? Elevaram, sem a observância de formalidades essenciais, pois que no próprio orçamento, os subsídios do Prefeito de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) para Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais. Com este ato condenável, quanto ilegal, com medida tão simplória, procuraram dar um cunho de legalidade aos elevados subsídios que percebem, e, segundo tudo indica, fazer calar a boca do Prefeito que hoje inicia o seu mandato.

As considerações expedidas nem de leve atingem a atual Câmara. Por esse motivo, aproveito a oportunidade para externar o meu pensamento a respeito das relações entre o Executivo e o Legislativo. Entendo certo que, por determinação constitucional, os poderes são harmônicos e independentes entre si, assim também que, consoante ensinamento dos melhores de direito, deve existir

entre eles recíproca fiscalização. Nestas condições, o Legislativo fiscaliza a aplicação dos dinheiros públicos, aprovando ou impugnando as contas apresentadas, e o Executivo fiscaliza aquele através do direito de veto, de recursos ao Judiciário e de denúncias públicas.

Estou convencido de que, cada um compreendendo bem o seu papel, teremos quatro anos de governo profícuo, voltado para a resolução dos nossos problemas mais imediatos, tendo em vista, única e exclusivamente, o interesse da coletividade.

Povo Picoense! Resta-me, agora, agradecer a vossa presença, a vossa solidariedade em comparecendo a este ato de transmissão de posse. Não espereis prodígios nem milagres; não espereis a solução da totalidade dos problemas do nosso Município. Em uma coisa, entretanto, deveis confiar: os dinheiros públicos não serão desviados, mas, ao contrário, aplicados em vosso próprio benefício.

Recebo, pois, das mãos honradas do meu antecessor, Coronel Justino Rodrigues da Luz, a Prefeitura Municipal de Picos.

Discurso na Convenção de escolha de candidato a Governador do Piauí

Discurso pronunciado pelo Deputado Helvídio Nunes de Barros na Convenção da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) do Piauí.

Sr. Presidente, Srs. Convencionais: sou muito grato à escolha da Aliança Renovadora Nacional, do Piauí, homologatória da decisão proferida pela Comissão Diretora Regional, elegendo-me seu candidato oficial a Governador do Estado.

Aqui se encontram reunidas as forças políticas mais representativas do Piauí, da Capital e do interior, numa demonstração inequívoca de que o processo de aferição da preferência eleitoral pode variar, sem que isto importe em modificação ou alteração do resultado do pleito.

Dirijo-me, assim, pela primeira vez aos piauienses, após a decisão que importou na escolha do meu nome para o Governo do Estado.

Deixo claro, depois de detido exame de consciência, que estou certo de haver, até agora, cumprido dignamente o dever de servir à comunidade, no exercício de funções que me foram dadas pelo povo ou confiadas pela administração estadual.

O Piauí se integra cada vez mais na sociedade brasileira. Esse fato é um reflexo do acelerado crescimento do país e também resultado das transformações por que passa a vida econômica e social do Estado. De muito aceitei, porém, como dinâmica de atuação, o desafio do desenvolvimento e espero, com o concurso de todas as camadas da população, solucionar os problemas que possam surgir.

Felizmente receberei um Estado sem as mazelas do passado e com a vantagem de que se organiza no presente.

O Governo atual deu um sentido novo e vitorioso à vida pública. Como primeiro passo recuperou as finanças estaduais. Os índices financeiros mostram-se firmes, ressaltando o esforço de uma política criteriosa e planejada. Restabelecido o crédito público, pôde o Executivo, contando com a colabo-

ração dos demais poderes e favorecido pela opinião pública, iniciar a execução do Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí.

Esse nasso foi decisivo. E sem ele não se teria contado com a confiança do Governo Federal e a ajuda externa. Somadas as poupanças locais, fruto da austeridade administrativa, aos incentivos financeiros do poder central e do exterior, com sacrifício, perseverança e descortino, se foi implantando a infraestrutura requerida para que o Estado saísse da estagnação.

A execução das metas de melhoria das condições do homem, a organização dos serviços básicos, animam a própria iniciativa privada e, hoje, todo o Estado se engalana para a grande festa do amanhã: o recebimento da energia hidroelétrica de Boa Esperança. A contextura rodoviária ganhou densidade marcada pelas estradas de penetração, por onde começa a correr a seiva útil ao crescimento econômico. Os serviços de comunicação completam o quadro.

Estabelecem-se, desse modo, as formas definidoras de uma sociedade tomada de grande sede de progresso. Escolas, hospitais, maternidades, postos de saúde, centros sociais, foram edificadas.

Energia, água e esgotos apresentam uma perspectiva nova. Sociedades que existiam apenas no papel se transformaram em páginas vivas de um livro que narra uma história de realizações. O Banco do Estado bem exprime, na sua pujança, a capacidade de organização e a filosofia de ação de um governo, preocupado em servir ao povo e dedicado ao soerguimento do Piauí.

Não citarei dados e números nesta oportunidade. Breve farei publicar o Plano de Ação de meu governo e, nele, mostrar-se-á, na sua introdução, o muito que se fez, inclusive na criação de condições básicas ao desenvolvimento agroindustrial. Aguadas, poços, barragens, foram construídos praticamente em todos os municípios, atendidas as necessidades de cada área, obedecendo a critérios objetivos.

A Revolução, reclamada pela esmagadora maioria do povo brasileiro, ansioso pelo restabelecimento da paz pública, propiciadora de clima no qual a iniciativa privada se encorajasse, antecipou-se no Piauí. E com vontade inquebrantável, a ajuda do povo e proteção de Deus, levarei adiante essa jornada, para honra minha, glória e grandeza dos piauienses.

Posso ainda definir, nesta hora, a filosofia de Governo que seguirei: realista, reconheço as limitações de nossos recursos naturais. Isso me leva a descobrir o caminho a seguir: organizar mais ainda a vida administrativa do Estado, e criar os estímulos que permitirão a iniciativa privada aplicar, industrialmente, a energia de Boa Esperança.

Continuará a cargo do Governo a implantação dos serviços básicos, considerando o volume dos capitais exigidos e o largo prazo de maturação dos investimentos.

Mas a minha preocupação se voltará sobretudo para o fomento agropecuário, compreendendo crédito agrícola, experimentação e assistência técnica, armazenagem, açudagem e irrigação.

Que isso não lhes pareça, senhores convencionais, um sonho: os piauienses não de pensar em termos de grandeza, pois a energia abundante a partir dos inícios de 1968, a possibilidade de regularização do rio Parnaíba, leva a pensar, com decisão, no aproveitamento racional das terras que compõem a sua bacia.

Ao setor industrial prestar-se-á assistência técnica, mediante a criação de um serviço de extensão industrial, e se implantarão definitivamente distritos industriais. Com isso alcançar-se-á, no Piauí, aquela reversão de expectativas que vai empolgando, nos dias atuais, os centros mais adiantados do País.

Para tanto se faz mister treinamento de pessoal. Por isso tenho de invocar no momento a imagem da futura Universidade do Piauí, sem a qual não se poderá contar com pessoal de nível superior requerido pelo desenvolvimento econômico e social. Sem técnicos competentes, capazes de comandar as unidades, no setor público e privado, responsáveis pela execução das metas, não se atingirá, no prazo exigido, o almejado desenvolvimento.

Trata-se de uma tarefa urgente e complexa. Reconhecendo essa situação, os homens que compõem a ARENA, no Piauí, uniram-se, confiantes no povo, para que o Estado não perca essa oportunidade de progresso, auspiciosamente já iniciado. É preciso que todos compreendam a grandeza de propósitos que anima os líderes da ARENA, contra as quais se afiguram vãs as tentativas desagregantes dos opositores.

Com efeito, mobilizam-se os eternos flibusteiros da imprensa indígena no afã de destruir os nossos melhores valores.

Pesa-lhes, como carga insurportável, o progresso do Piauí. As obras plantadas no Estado inteiro, espetáculo desconhecido, causa-lhes desespero. Desconhecem o homem do interior, as coisas do interior, as nossas comunidades e os seus habitantes.

Em toda parte encontrariam, se quisessem ver, o povo agradecido, atestado vivo da operosidade do Governo Petrônio Portella, que não se preocupou com outra coisa, que não perseguiu outro objetivo senão o bem-estar da coletividade.

Não lhes interessa, porém, a verdade. Negam a própria evidência dos fatos. Os pequenos defeitos dos seus semelhantes recebem os piores qualificativos, enquanto minimizam os próprios males, esquecidos de que já foram, vezes seguidas, julgados pela opinião pública e pelas autoridades responsáveis.

Há, em todos os grupos humanos, pessoas fracas e também mesquinhas, as quais se marginalizam em todos os momentos decisivos da história. A pusilanimidade, o temor e a covardia caracterizam as primeiras. As outras são estereis. As pedras que atiram nada representam, senão blocos infecundos de sua aridez.

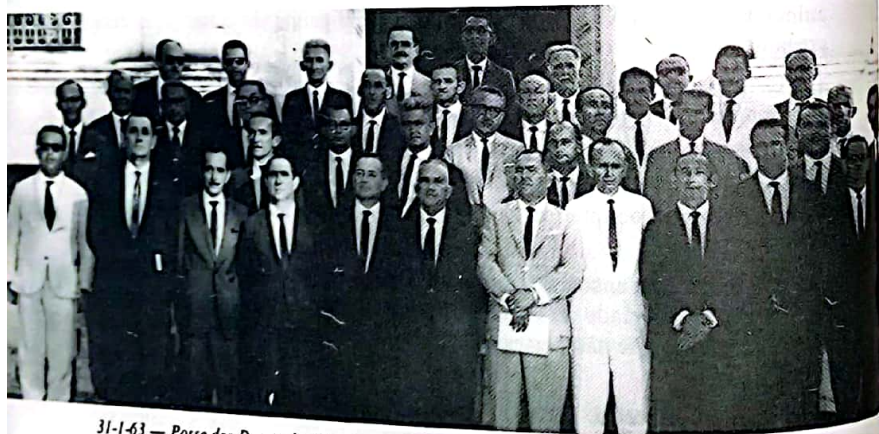
A fraqueza e a penúria desses marginais não me intimidam. Tenho bastante ânimo, confiança em mim e amor a Deus, para convosco, senhores convencionais, com todo o povo piauiense, continuar o trabalho iniciado e construir solidamente o futuro do Piauí.

Não guardo ódios nem ressentimentos. O meu governo não terá outros inimigos que não os da coisa pública. Convocarei e pedirei a colaboração de todos os homens de bem do Piauí.

Ressalto, neste particular, o apoio dos demais poderes, especialmente do Legislativo, à frente o Vice-Governador João Clímaco d'Almeida, homem público de invejáveis qualidades, e que agora foi novamente convocado para, na qualidade de Vice-Governador, repartir comigo os ônus da futura administração.

Acredito na sua experiência e creio nos seus bons propósitos, na convicção de que juntos, lutando pelos mesmos objetivos, motivados pelos mais nobres ideais, realizaremos as tarefas que nos incumbe, cumpriremos o dever de servir à coletividade.

Garanto-lhes, finalmente, senhores convencionais, da ARENA, que não interrompere, com a ajuda de Deus e do povo piauiense, sem esquecer a inestimável cooperação dos nossos representantes nos corpos legislativos federal e estadual, a obra grandiosa, o trabalho ciclópico que o Governador Petrônio Portella implantou, definitivamente, no Piauí.



31-1-63 — Posse dos Deputados Estaduais, vendo-se, a começar pela esquerda, os Deputados Helvídio Nunes, Benoni Portela, Aluísio Costa, Alfredo Nunes, Odilon Freitas, vice-governador João Clímaco d'Almeida, Waldemar Macêdo, Barroso de Carvalho, Wilson Parente, A. Castelo Branco, Edson Rocha, Tertuliano Brandão, João Ribeiro de Carvalho, Gomes Calado, Machado Melo, Aluísio Ribeiro, Humberto Silveira, Padre Solon, Moura Fê, Severo Eulálio, Pedro Portela, Álvaro Melo, Ribeiro Magalhães, João Lobo, José Gil, Deusdedit Cavalcante, Bona Medeiros, Venceslau Sampaio, José Odon, Paulo Ferraz, Pedro Borges Filho, José Olímpio, Milton Cardoso, Davi Paulo, farm. João Ribeiro de Carvalho, José de Castro, Freire de Castro e Benjamim Lustosa.

Discurso de Posse no Governo do Estado do Piauí

Discurso pronunciado no paço da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo Dr. Helvídio Nunes de Barros, no dia 12 de setembro de 1966, quando de sua investidura nas funções do cargo de Governador do Estado do Piauí.

Piauienses!

É com profunda emoção e humildade que, perante este Egrégio Poder Legislativo, tomo posse no cargo de Governador do Estado.

Ao fazê-lo, dirijo o meu primeiro pensamento a Deus, Senhor e Criador de todas as coisas, começo e fim, rogando-lhe que me ilumine, que me dê forças e coragem para continuar os embates da vida.

Seguidamente, atração irresistível faz com que, em espírito, volte ao passado, para situar-me nos dias da infância, na então pequenina cidade de Picos.

Revejo a figura de meu pai, homem simples, bom, que me moldou definitivamente o caráter. Revejo a minha mãe, a bondade personificada, pródiga de carinhos e de desvelos, a distribuir, com os nove filhos, amor e dedicação inextinguíveis.

Relembro o Grupo Escolar "Coelho Rodrigues" onde bondosas professoras completaram os ensinamentos domésticos. Lembro a partida para o Ginásio do Crato, os cinco anos de internato, mestres experimentados a ministrarem, com dedicação e proficiência, humanidades. Lembro a passagem pelo Colégio "Pedro II," no Rio de Janeiro, preparatório ao ingresso na Faculdade Nacional de Direito, onde pontificavam verdadeiros sábios. Lembro o retorno, nos fins de 1949, com um título e a vontade de trabalhar, à cidade-berço

Duras lutas travei, então, na esfera profissional. Reveses no âmbito familiar, com o desaparecimento de entes queridos, sofri.

Ingressei na política em 1954, ano em que fui eleito Prefeito de Picos. Realizei e construí. Fiz-me credor da confiança dos conterrâneos e, em 1958, elegi-me Deputado Estadual.

Reeleito em 1962, depois de passar pela liderança do Governo e do Partido, sem esquecer as três vezes em que ocupei a presidência do Diretório Regional da União Democrática Nacional — UDN, afastei-me em 1963 da Assembleia para ocupar a Secretaria de Estado da Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio, do Governo Petrônio Portella.

Hoje, Governador do Estado do Piauí, desprovido de riquezas materiais, mas com um tesouro inextinguível, representado pelas virtudes da esposa e a meiguice de cinco filhos, a par da confiança dos meus concidadãos, afirmo o propósito de bem-servir à terra, servindo ao seu povo.

Piauienses!

O primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí, executado na administração Petrônio Portella, deu ênfase à implantação de obras públicas, visando a criação de economias externas.

Realizada essa etapa, aliás com êxito, cumpre reorientar a ação planejada do Governo.

Para que o Piauí se adapte ao atual mundo mecanizado, deve transformar suas estruturas social e administrativa. O programa do Governo está elaborado de modo a assegurar essas modificações.

A primeira experiência do Estado em planificação global evidenciou a deficiência dos serviços administrativos. O Governo que se inicia dá prioridade a esse empreendimento, pressuposto que é do bom êxito da ação governamental em qualquer setor.

O Plano situa a agricultura como fator prioritário básico, para assegurar a continuidade e impulsionar, com maior velocidade, o ritmo do processo do desenvolvimento. No momento em que o Estado se lança na luta pela integração no concerto nacional é, ainda, da sua agricultura que terá de exigir, em grande parte, a solução da problemática sócio-econômica.

Para que as medidas a serem tomadas pelo Governo sejam em caráter efetivo e de repercussão profunda no setor a que se destinam faz-se mister o dimensionamento de seu objetivo. Da mesma forma, a execução de um projeto requer o estudo preliminar de todo o conjunto de fatores de que depende. O Governo, por isso, elaborará estudos e executará projetos imprescindíveis à transformação de nossa agricultura tradicional, objetivando o levantamento dos solos do Piauí, o aproveitamento do lençol de águas subterrâneas e dos principais açudes, lagoas e rios, a comercialização e o abastecimento e ainda, o fomento da agrostologia, a exploração racional das Fazendas Estaduais, a irrigação do Vale do Parnaíba e o desenvolvimento da pecuária de leite.

O Governo pretende, também, realizar pesquisas e experimentações agropecuárias, através da instalação de campos de multiplicação de mudas e sementes selecionadas e de fazendas-modelo.

A fim de corrigir a falta de conhecimentos técnicos e de métodos modernos na exploração da terra e dos rebanhos, o Governo prestará assistência aos agri-

cultores, por intermédio da Casa da Agricultura e da elaboração de projetos de empresas agropecuárias e executará programas específicos de incentivos à cotonicultura e oleaginosas, especialmente à mamona, introdução de tratores mais racionais no cultivo do milho, desenvolverá a fruticultura e intensificará a construção de poços e aguadas.

Coroando essas medidas, o plano prevê a formação e especialização de técnicos, que levem ao homem do campo conhecimentos práticos.

O Governo do Piauí, principalmente a partir da administração Petrônio Portella, vem utilizando os incentivos de caráter mais geral, aqueles de tipo mais indireto. Realmente os setores de energia, transporte (sobretudo rodoviário), comunicações, educação e saúde, executam programas satisfatórios.

O Plano da administração que se inicia introduz incentivos de caráter mais específicos, voltados principalmente para o desenvolvimento industrial. O Governo, além de promover a criação de distritos industriais, oferecerá assistência ao empreendedor em suas relações com os órgãos de financiamento, financiará a elaboração de projetos, prestará assessoria técnica e administrativa ao empreendedor-gerente, incentivará a formação de pessoal técnico e continuará a elaboração, mais detalhada, de estudos de oportunidades industriais.

Finalmente, após a elaboração do novo Código Tributário do Estado, examinará o aspecto referente aos incentivos fiscais.

Cabe ao Governo, a partir do corrente exercício, implantar a Sociedade de Economia Mista Fomento Industrial do Piauí S/A (FOMINPI), visando a expansão do parque industrial, em colaboração com a iniciativa privada.

Com a conclusão das obras do Frigorífico de Campo Maior, o Governo adotará medidas promotoras do desenvolvimento da indústria de carnes, a fim de assegurar o funcionamento dessa empresa.

Quanto à política de crédito, o Plano estabelece medidas de dinamização do Banco do Estado, para assegurar continuidade ao método de trabalho em execução, através da fixação de diretrizes administrativas, financeiras e econômicas, da manutenção e aplicação de convênios e contratos com entidades de direito público e privado, para a realização de programas financeiros de interesse econômico do Estado, de maior entrosamento com a SUDENE, da promoção do aumento do capital social, finalmente, de coordenação de suas atividades com a CODESE e a FOMINPI, além de permanentes contactos com entidades nacionais e internacionais de desenvolvimento econômico.

O Plano estabelece, por outro lado, medidas de infra-estrutura, a fim de complementar os empreendimentos, realizados e em execução e iniciar a implantação de novas obras.

Seguindo essa orientação, o Governo, pelo Departamento de Estradas de Rodagem, e com recursos do Fundo Rodoviário Nacional, do III Plano Diretor da SUDENE e resultantes de financiamentos, construirá cerca de 1.000 km de estradas.

Além disso promoverá, através das entidades federais competentes, a pavimentação da rodovia BR-316, em caráter prioritário, o prosseguimento do asfalto, no trecho piauiense, da BR-222, e diligenciará objetivando a conclusão dos trechos ferroviários que interessam ao sistema estadual.

Com a Barragem da Boa Esperança, no Médio Parnaíba, e a conseqüente regularização e aproveitamento integral do rio, deflui, imperiosa, a necessidade de incentivar as obras de construção do porto marítimo.

No setor aeroportuário, o Governo construirá novas pistas, ampliará e melhorará as existentes, bem como pavimentará as de Floriano, Campo Maior e Picos, além da edificação da estação de passageiros. Por outro lado, na medida do possível, dotará as sedes municipais, já integradas na rede rodoviária estadual, de Campos Pioneiros.

A fim de intensificar as comunicações implantará no Estado um sistema de comunicações de microondas ligando o interior à Capital.

No que respeita à energia, o Governo dará ênfase especial ao I Plano de Eletrificação, elaborado pelas Centrais Elétricas do Piauí S/A, e orientado para a extensão, a todas as áreas do Estado, dos sistemas de transmissão, transformação e distribuição, originados na usina hidroelétrica de Boa Esperança.

O Plano estabelece, por último, as metas relativas às condições humanas.

Realizadas as etapas previstas até 1967, para 1968 a 1971 o Governo, dando cumprimento às normas estabelecidas no Plano Nacional de Educação tem em vista, no ensino primário, a eliminação do déficit de escolaridade, na faixa de 7 a 11 alunos, e a matrícula nas 5ª e 6ª séries de 50% da população de 12 a 14 anos. Por outro lado, dotará o sistema escolar de professores primários suficientes para o atendimento das novas salas de aula, implantará oficinas de artes industriais e criará outros centros de supervisão de ensino primário, em proporção ao desenvolvimento da rede escolar.

No ensino médio, as metas dizem respeito à ampliação da matrícula, à construção de novos estabelecimentos e aquisição de equipamentos. Do ponto de vista qualitativo, sua atuação se voltará para a estruturação física e aparelhamento das unidades, regularização do quadro do magistério, formação de professores e de orientadores educacionais.

Ponto alto do Governo, neste setor, será a implantação da Universidade do Piauí.

O Governo do Estado, consciente dos problemas pertinentes à Saúde, orientará a sua atuação no sentido de operar estruturas construídas e melhorar o rendimento das que já funcionam, integrando-as em um sistema orgânico e unificado. Encará a Saúde como um bem primordial, a que todos têm direito, cumprindo ao Estado o dever de propiciá-la. Certo, entretanto, da limitação dos recursos disponíveis, tratará, prioritariamente, os aspectos e os problemas que possam ser atendidos com mais baixos custos, em benefício de um maior

número de pessoas, de tal forma a obter maior rentabilidade de cada unidade de recurso empregado e a utilizar a Saúde como elemento na promoção do desenvolvimento.

A qualificação de pessoal e a dinamização administrativa serão também diretrizes primordiais, na condução da política sanitária do Governo.

Dentro do programa de melhoria das condições humanas, a AGESPISA prosseguirá, nos próximos quatro anos, a construção da rede de esgoto e estação de tratamento de Teresina, promoverá, através de convênio, a expansão do serviço de abastecimento d'água, no mínimo em 10 unidades e aumentará o seu capital social.

Amplio programa de melhoria das condições sociais, na capital e no interior do Estado, será efetuado pelo SERSE, nos planos assistencial e de recuperação do homem.

O seguro social será posto em prática, através do Instituto de Assistência e Previdência do Estado, com a sua definitiva implantação.

O problema habitacional receberá tratamento adequado. Dando continuidade à política do Governo anterior, dotar-se-á a COHAB-PI de estrutura necessária à sua expansão, a fim de que possa construir cerca de três mil residências.

No setor de justiça e segurança pública, o Governo pretende reestruturar o Departamento de Polícia Técnica, criar o Instituto Médico Legal, o Serviço de Documentação do Estado, a Escola de Polícia, implantar, de forma definitiva, o Corpo de Bombeiros, construir a Penitenciária Agrícola, a Casa do Menor e Fóruns, pelo menos em dez comarcas, e reformar a Penitenciária da Capital.

Piauienses!

Fixadas as coordenadas gerais do II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, resta-me informar, até por razões de fixação de responsabilidade, que apenas a partir de janeiro do próximo ano dar-lhe-ei integral cumprimento.

É que a antecipação da posse, decretada pelo Ato Complementar nº 19, ao tempo em que ensejou a dilatação do mandato, antecipou o exame de problemas que requerem, do administrador, maior reflexão e prudência.

Por outro lado, as eleições que se deverão ferir a 15 de novembro aconselham a que os assuntos de natureza política tenham a devida relevância na vida do Estado. Politicamente vinculado, não ficarei indiferente à sorte do pleito. Com efeito, militante de várias lutas, caldeado nas refregas eleitorais, foi pelo povo que ascendi na vida pública e jamais temi o seu julgamento.

Não quer isso significar, absolutamente, que o Governo irá coagir ou subornar, ao menos servir-se da coisa pública em benefício dos próprios correligionários. A ação será desenvolvida na base do esclarecimento, do diálogo, da persuasão, certo de que aqueles que atentaram contra o patrimônio de todos, que insuflaram a desordem e a indisciplina que não dignificaram a função exercida,

que participaram dos lucros dos negócios que autorizavam, não devem e não podem voltar ao poder.

Outra razão ponderável, ainda, aconselha deferir para 1967 o início da execução do plano. É que tolhido pela legislação vigente, somente a partir do vintidouro ano poderei recrutar o pessoal qualificado de que tanto carece o Estado.

Vale ressaltar que sucedo a um extraordinário Governo. E há de ser concluído o que o tempo não permitiu ao Governador Petrônio Portella levar a termo.

Não temos pressa em começar. Antes, queremos concluir. Daí por que 1967 será o marco inicial de partida, pois que a continuidade do trabalho é perfeitamente compatível com as renovações periódicas que caracterizam a democracia.

Piauienses!

O Estado não necessita, apenas, do concurso dos técnicos, que por indispensável não é bastante.

O Governo cumprirá não somente o mandamento constitucional relativo à harmonia e independência dos poderes. Quer mais. Pretende a colaboração recíproca, respeito mútuo, ajuda e auxílio para a solução dos grandes problemas do Estado.

Ao Judiciário, na pessoa do seu ínclito Presidente, Des. Edgard Nogueira, manifesto as expressões do meu apreço e a certeza de que a sua linha de isenção e operosidade terá continuidade.

Do Legislativo espero o apoio indispensável ao progresso do Estado. Tem o Governo a convicção inabalável de que a seu lado sempre estará o Vice-Governador João Clímaco d'Almeida, cuja prudência e moderação comprovadas constituem garantia de que os encargos governamentais serão repartidos.

Do Governo Federal, através do preclaro Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, e do seu eminente sucessor, Marechal Artur da Costa e Silva, espero contar com a ajuda indispensável à solução dos nossos problemas maiores. Dos órgãos da administração federal, centralizada e descentralizada, aqui sediados, desejo a colaboração mútua, no interesse da administração e no caminho do desenvolvimento.

Com a Guarnição Federal, na pessoa do ilustre Cel. Gentil Nogueira Paes e colaboradores imediatos, confio manter um clima de imperturbável harmonia.

Também com a Arquidiocese de Teresina, por intermédio do Exm^o e Revdm^o Dom Avelar Brandão Vilela, manterei, estou certo, e com satisfação, boas relações de entendimentos.

Ex^{as} autoridades:

Não tem vocação democrática quem não admite a transitoriedade do poder. A volta ao povo é a característica dos que aceitam governar no mundo de

hoje. A época é de transição. Os sacrifícios a todos são impostos. Cumpre entender que a hora é de correções e que o futuro depende das renúncias de hoje.

Muito há que fazer. A obra de redenção não cabe a um Governo, mas à instituição que representa.

A Deus e ao povo entrego-me neste instante, na certeza de que a inteligência, a vontade, o trabalho, a ação, tudo será mobilizado para o desenvolvimento do Piauí e a prosperidade, cada vez maior, dos piauienses.



Chegada ao Palácio de Karnak para a cerimônia de transmissão do cargo, vendo-se o vice-governador João Clímaco D'Almeida, o Dr. Gregório de Deus Barros, o Dr. Heli da Rocha Nunes, o prof. José Camilo da Silveira Filho, o prof. Raimundo Wall Ferraz, o Dr. Jônatas Nunes de Barros e esposa, José Leonílio Guedes Marinho e outros. 31-1-63.

Aos alunos da Escola Superior de Guerra

*Conferência pronunciada pelo Governador do
Estado do Piauí, Dr. Helvídio Nunes, em 26 de maio
de 1968, em Teresina.*

O Governo do Piauí, com muito júbilo, recebe a delegação da Escola Superior de Guerra, alto centro de estudos da vida nacional, sempre voltado para o conhecimento, o equacionamento e encaminhamento de soluções dos problemas brasileiros.

Além da satisfação que sentimos por hospedar, embora ligeiramente, tão altas figuras da vida pública deste país, temos também um motivo, temos também uma razão de justificada e íntima alegria. É que, Excelentíssimos Senhores, depois de 19 anos de ausência física, tivemos o prazer de abraçar hoje um dileto colega da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, onde durante cinco anos, comandados pelo Professor Pedro Calmon, pelo Professor Leônidas de Resende, por Matos Peixoto, por Hermes Lima, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, por Madureira de Pinto, por Haroldo Valadão, por Joaquim Pimenta e Hélio Tornaghi, pela inteligência privilegiada de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, sem esquecer a pureza de conhecimentos de um dos mais ilustres cidadãos do país, protótipo de brasileiro que é o Professor Bilac Pinto, após 19 anos, repetimos, abraçamos comovidos e emocionados o Bernardes, um companheiro de tantas lutas, um companheiro de grandes jornadas.

Excelentíssimo Senhor General Fragoso, Excelentíssimos Senhores Alunos da Escola Superior de Guerra:

Dividimos nossa exposição em vários tópicos. Fizemos questão de fazê-la de improviso, não porque tenhamos a veleidade de conhecer todos os grandes problemas deste Estado, mas porque, de improviso, de uma maneira geral, o orador sempre é mais espontâneo.

LUTA PELO DESENVOLVIMENTO

Por razões várias gostaríamos inicialmente, de fixar o item "Luta pelo desenvolvimento" no tempo. O Piauí até 1963 e o Piauí depois de 1963.

É certo que antes daquele ano participamos, como Prefeito de um dos municípios mais importantes deste Estado, e como Deputado à Assembléia Estadual, das lutas e da vida deste Estado. Mas entendemos, achamos e estamos convencidos de que o Piauí começou a mudar verdadeiramente a partir de 1963, quando a 31 de janeiro assumiu a Chefia do Executivo Estadual o hoje Senador Petrônio Portella Nunes.

Antes era a improvisação, a política partidária dominando todas as ações deste Estado. Dessas improvisações teria que decorrer, fatalmente, a estagnação econômica, sabido que nas atividades agropecuárias repousa grande parte da economia do Piauí. Criação extensiva, agricultura rotineira, indústria apenas de transformação, nada poderia validamente ser feito sem que esses problemas, ou pelo menos alguns deles, fossem convenientemente equacionados. Daí por que surgiu em 1963 o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí.

Antes de assumirmos o Governo em 1966, precisamente no dia 12 de setembro, reunimos a CODESE, órgão de planejamento, dissemos o que pensávamos, o que pretendíamos realizar e, em consequência, surgiu o II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí.

ANÁLISE SETORIAL

Agricultura e Pecuária

Já lhes disse, Excelentíssimos Senhores: Agricultura rotineira. Até bem pouco os agricultores do Piauí não conheciam praticamente o trator. O Município de Picos, que é o meu município de nascimento, até dois anos atrás, tinha mais arados de tração animal do que os restantes 113 municípios deste Estado.

Pecuária extensiva. O pecuarista piauiense comprava garrote para vender boi, quatro, cinco, seis anos depois. Invernos bons, prosperidade; invernos ruins, morriam praticamente todos os garrotes.

Que vimos fazendo?

No fim de 1966, com a experiência adquirida no exercício das funções do cargo de Secretário de Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio, começamos por mandar à Assembléia Legislativa uma mensagem criando a Secretaria de Agricultura do Estado do Piauí. Criada, só no primeiro trimestre de 1967 conseguimos implantá-la definitivamente. Na antiga Secretaria de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio havia 312 funcionários; não

existia, porém, um Engenheiro, um Agrônomo, um Veterinário sequer. Hoje, além do suporte que lhe dá a CODESE, a Secretaria dispõe, ao todo, entre agrônomos e veterinários, de nível superior, 15 técnicos.

Assinamos e estamos executando vários convênios com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE; estabelecemos postos de venda de material: inseticidas, fungicidas, arados, enxadas, picaretas, tudo necessário ao homem do campo, atendido o primitivismo em que ainda vive, e estamos fornecendo sementes selecionadas aos agricultores.

Nos últimos anos do Governo anterior recebemos de braços abertos a ANCAR e, hoje, a Secretaria de Agricultura, juntamente com a ANCAR e o Banco do Estado, está atendendo, promovendo crédito orientado em 56 dos 114 municípios deste Estado.

O Governo anterior adquiriu razoáveis partidas de arame farpado e importou matrizes — providências que vêm sendo também adotadas pelo atual. Fizemos em 1967 quatro exposições; sexta-feira última tivemos oportunidade de abrir, na cidade de Picos, a II Exposição Agropecuária, com financiamento aos criadores através do Banco do Estado e do Banco do Brasil da ordem de 400 mil cruzeiros novos.

A Secretaria de Agricultura, também, já promoveu o levantamento das bases leiteiras de Teresina e de Parnaíba.

Indústria

Temos o Fomento Industrial do Piauí, que vem nos dando muito trabalho a implantar definitivamente, sobretudo pela escassez de técnicos, pela escassez de gente especializada neste Estado. Assinamos convênio com a SUDENE e encomendamos, ultimamente, o estudo de viabilidade e o projeto respectivo a um Escritório do Rio de Janeiro, para definitiva implantação do Fomento Industrial do Piauí.

Criamos junto ao Banco do Estado o Fundo para Financiamento de Projetos.

As pautas das reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE, quase sempre, omitiam o nome do Piauí. Hoje, graças a Deus, graças aos esforços que o Governo desenvolve, já aprovamos, cada mês, projetos relacionados com atividades agropecuárias e industriais em nosso Estado.

Os incentivos fiscais que podemos oferecer são aqueles que existem nos demais Estados nordestinos, sabido que os códigos tributários foram elaborados segundo as regiões geoeconômicas em que está dividido o país.

Em junho do ano passado, concluídas as obras civis do Frigorífico do Piauí S.A., noventa por cento das quais devemos ao trabalho exaustivo do Go-

verno anterior, inauguramos o FRIPISA, que está em franco funcionamento, embora as dificuldades iniciais fossem terríveis.

Agora, com as novas perspectivas que se abrem ao desenvolvimento do Estado, o Governo, tudo indica, no próximo mês criará o Banco do Desenvolvimento do Estado do Piauí.

Uma palavra especial sobre o Banco do Estado do Piauí. Em 1963 o capital do Banco era de dez mil cruzeiros novos e só o Estado lhe era devedor de quase treze mil cruzeiros novos. Hoje, o Banco tem o capital de um milhão de cruzeiros novos e providências concretas já foram tomadas para a integralização, dentro de mais alguns meses, de novo aumento que importará na elevação de seu capital para dois milhões de cruzeiros novos.

Até 1966 o Banco teria que dar ênfase às atividades no setor de comércio. Em 1967, porém, atendendo à nova realidade estadual, fizemos modificações na política do Banco do Estado, modificações que estão expressas pelos seguintes números:

AGRICULTURA: 1965 — Cr\$ 2.155.319; 1966 — Cr\$ 2.513.497; 1967 — Cr\$ 5.203.206.

COMÉRCIO: 1965 — Cr\$ 1.388.433; 1966 — Cr\$ 1.467.368; 1967 — Cr\$ 1.913.540.

INDÚSTRIA: 1965 — Cr\$ 2.350.335; 1966 — Cr\$ 2.643.693; 1967 — Cr\$ 4.113.036.

Mostram os números que, embora tenha crescido a aplicação no setor comércio, houve um crescimento da ordem de cem por cento, de 1967 em relação a 1966, nas aplicações relativas à agricultura e à indústria.

Energia

Até 1963, sabe o Piauí inteiro, Teresina praticamente vivia às escuras. O Governador, de 1959 a 1963 reclamava da Prefeitura a solução do problema de geração e distribuição de energia em Teresina, e o Prefeito, com uma receita insignificante, nada mais podia fazer do que se defender das increpações que lhe eram feitas pelo Governador.

Em 1963 o Prefeito do quadriênio de 1959 a 1963 assumiu o Governo do Estado e em 1968 a CEPISA já entregou à população de Teresina aproximadamente cinco mil postes, com a rede construída no melhor padrão técnico e que tem recebido elogios das autoridades do Ministério de Minas e Energia, da ELETROBRÁS e da SUDENE, que constantemente nos visitam e nos fiscalizam.

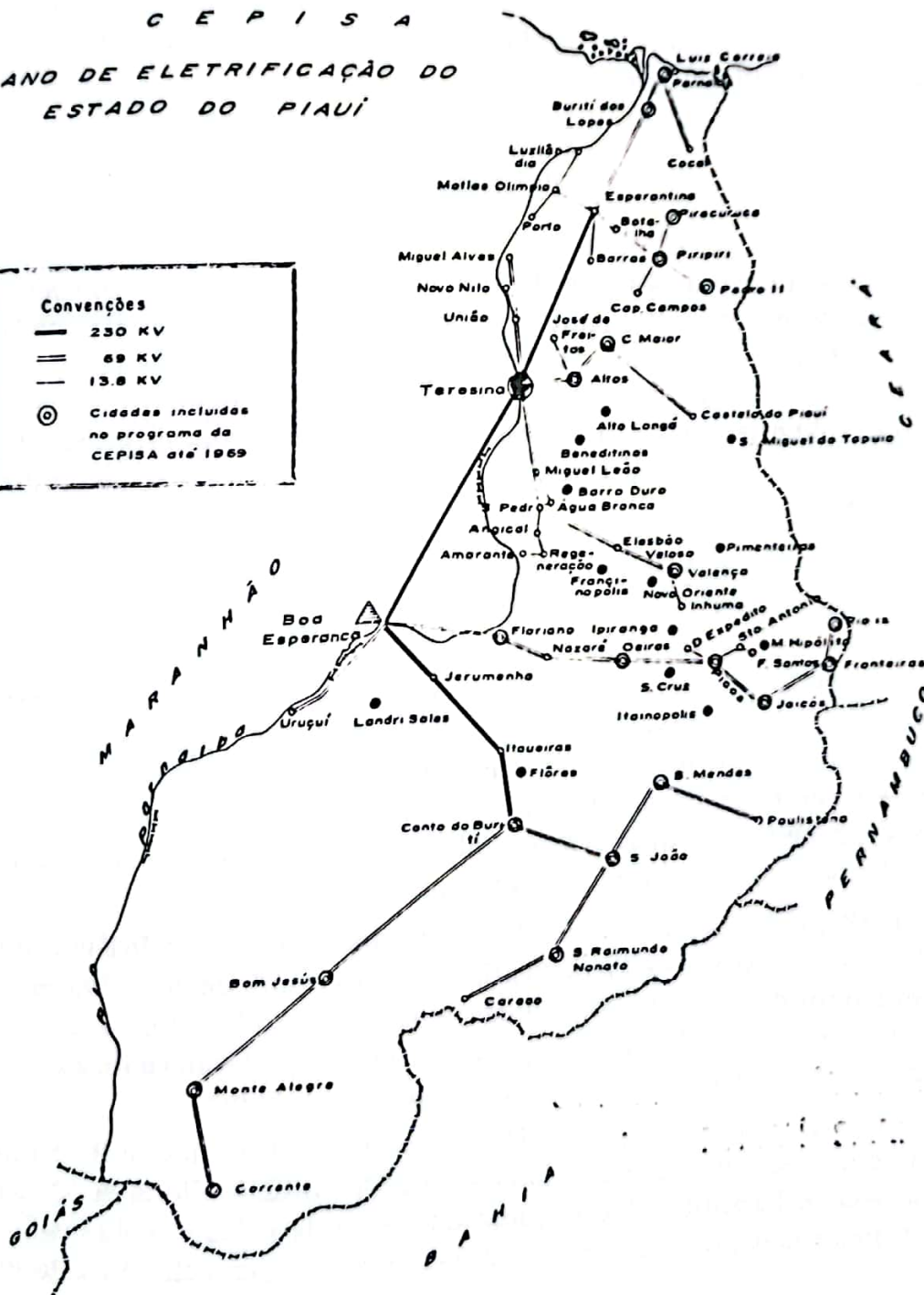
Mas, as atividades da CEPISA não estão apenas circunscritas à capital.

Em Floriano, no dia 1º de maio, entregamos à população daquele florescente Município oitocentos e cinquenta postes, mais da metade da rede, pois que o total geral é de um mil e quatrocentos e dois postes. Os serviços foram iniciados em julho de 1967 e têm a sua conclusão prevista para outubro deste ano.

A construção das redes de Altos e Campos Maior, cumprindo esclarecer que providências concretas para a implantação das redes de distribuição já foram tomadas em outras vinte cidades, para execução neste resto do ano de 1968 e ano de 1969, já está bastante adiantada.

C E P I S A
PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DO
ESTADO DO PIAUÍ

Convenções	
	230 KV
	69 KV
	13.8 KV
	Cidades incluídas no programa da CEPISA até 1969



Águas e Esgotos

O projeto inicial para o abastecimento d'água de Teresina previa o atendimento a cento e dez mil pessoas. Com o crescimento explosivo de nossa Capital esse projeto teve de ser revisto. O projeto inicial já foi totalmente cumprido e o aumento prevê o atendimento mais a oitenta e cinco mil e oitocentos habitantes.

O crescimento explosivo da nossa Capital tem feito com que a AGESPISA — Águas e Esgotos do Piauí — desenvolva um trabalho realmente admirável.

Tanto a CEPISA como a AGESPISA recebem a colaboração financeira de órgãos nacionais e regional e, também, internacionais, além da contribuição, é natural, do próprio Governo estadual.

Telecomunicações

A nossa Empresa — TELEPISA — já encomendou o estudo de viabilidade e projeto definitivo para a implantação do primeiro plano de microondas, ligando Fortaleza a Teresina, passando pelas cidades de Parnaíba, Piracuruca, Campo Maior e Altos. Isto significa que até dezembro deste ano a Capital do nosso Estado estará ligada a Fortaleza, Recife, Natal, Aracaju e João Pessoa. Posteriormente, levaremos as torres de microondas em direção ao centro e ao sul do Estado.

Rodovias

A luta dos outros Estados sempre constitui-se em procurar maiores recursos para a implantação e pavimentação das suas estradas. O Piauí, ao contrário, até o ano passado lutou para que as suas estradas principais fossem consideradas pelo Governo Federal como prioritárias. Somente em outubro do ano passado o decreto presidencial, que aprovou o plano rodoviário nacional, incluiu as BR-316 e BR-407 como prioritárias, como preferenciais.

A BR-316 é a coluna vertebral deste Estado. Começa em Belém e termina em Maceió. Em termos de Piauí, ligará Teresina à cidade de Picos. Daí em diante, em termos de conveniência e interesse para o nosso Estado, nós elegemos a BR-407, que começando em Picos passa por Jaicós, Paulistana e vai a Petrolina, em Pernambuco, conseqüentemente a Juazeiro, na Bahia.

Na parte relacionada com o Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí verifica-se um fato muito interessante. A PI-230, Floriano—Nazaré—Oeiras—Dom Expedito—Picos, como que secciona o Piauí. Para cima existe uma trama rodoviária razoável, construída e conservada pelo DER do Piauí.

Por outro lado, e para baixo, em praticamente dois terços da nossa área territorial não temos estradas.

O BEC construiu os trechos Floriano—Itaueira—Canto do Buriti e Floriano—Jerumenha; o DER construiu os trechos Jerumenha—Bertolândia e hoje está concluindo a ligação de Bertolândia a Uruçuí. O DER construiu o trecho Oeiras—Simplicio Mendes e a Comissão do Vale do São Francisco, desrespeitando as nossas fronteiras, mas no interesse do Piauí, construiu o trecho Remanso—São Raimundo Nonato.

Hoje, em consequência de convênio assinado com o DNOCS, da ordem de oitocentos e quarenta mil cruzeiros novos, estamos construindo o trecho São Raimundo Nonato—Canto do Buriti.

Recebemos, dos oitocentos e quarenta mil cruzeiros novos, cento e quarenta mil em janeiro e cem mil na semana passada, mas já temos assegurados os recursos necessários à conclusão da obra. Mais oitocentos mil cruzeiros novos, através do CONTAP, nos serão fornecidos pela SUDENE.

Estamos construindo o trecho Canto do Buriti—Eliseu Martins. Recebemos a ajuda do INDA, no valor de duzentos mil cruzeiros novos. Por que o INDA? Porque nas proximidades de Eliseu Martins o INDA mantém o Núcleo Colonial do Gurguéia.

O DER está tentando um reforço junto ao INDA. Se não o conseguir, com recursos próprios do Estado, faremos definitivamente a ligação Canto do Buriti—Eliseu Martins.

Abrimos concorrência há uns dois meses atrás para a construção e financiamento do trecho Eliseu Martins—Cristalândia, passando por Cristino Castro, Bom Jesus, Redenção do Gurguéia, Monte Alegre, Gilbués e Corrente. São 416 km. Abertas sete propostas no dia 23, feliz ou infelizmente, a Comissão julgadora resolveu anular todas as propostas e abriu uma nova concorrência, que está marcada para o dia 27 do próximo mês de junho. É uma estrada, como Vossas Excelências estão vendo, de penetração e de integração. Nessa região estão as melhores terras do Estado, mas onde ninguém produz porque não adianta produzir, exatamente porque não existem estradas, não existem comunicações.

Construída a PI—4, que em determinado trecho se confunde com a BR-135, nós teremos a ligação Norte-Sul, através de rodovias.

MELHORIA DAS CONDIÇÕES DO HOMEM

Educação

Construímos e estão em final de construção, ampliamos e recuperamos, ao todo, 296 salas de aula, no setor primário, e quarenta e nove no setor de ensino médio, o que nos dá um total de trezentos e quarenta e cinco salas de aula.

Em 1967 diminuíram os recursos do Estado no que diz respeito ao Plano Nacional de Educação e as previsões para este ano são piores do que a realidade de 1967.

No particular, o esforço empreendido pelo Governo anterior contou com a colaboração da USAID/BRASIL, que não mais existe no setor de construção. Temos apenas um convênio com a USAID, da ordem de oitocentos e poucos mil cruzeiros novos, que serão empregados em equipamento escolar e no treinamento dos professores.

Saúde

O Governo anterior ampliou consideravelmente o Hospital Getúlio Vargas de Teresina, edificou o Hospital de Valença, construiu a Maternidade de São Raimundo Nonato e um Hospital em Corrente. Nós que como Secretário de Obras construimos aqueles prédios, pusemo-los, agora, em funcionamento, exceção feita ao de Corrente, por uma razão muito simples: o médico que existia foi embora.

Considerada a BR-230 como marco divisor, e exceção feita dos médicos residentes em Floriano, Oeiras e Picos, em dois terços da área territorial do Piauí existem 8 médicos apenas.

Pior ainda é que temos uma sobrecarga que é o Maranhão. Várias das principais cidades do Piauí estão localizadas na margem direita do Parnaíba.

De cada cem doentes atendidos no Hospital Getúlio Vargas, de Teresina, quarenta e dois procedem do Maranhão. Quase sempre os pobres, os que precisam da caridade.

Em Floriano a percentagem é ainda maior. Cinquenta por cento dos doentes atendidos no Hospital Miguel Couto são procedentes do Maranhão.

Em 1961 foi criado neste Estado o SERSE, Serviço Social do Estado. É natural que, de início, tivesse que assumir um caráter paternalista. Era a distribuição do remédio diretamente ao pedinte, a passagem que lhe era concedida, era a rede de que ele necessitava.

Construímos o prédio-sede e hoje o Serviço Social do Estado exerce, sobretudo, uma atividade com vistas à organização comunitária. É bem verdade que ainda padece de imperfeições, mas estamos, através do SERSE, na medida das possibilidades do Estado, procurando ajudar, não com esmolas, mas com instrumentos que permitam o exercício de uma atividade produtiva legítima.

Recebemos, por intermédio do SERSE, o apoio da Fundação Nacional do Bem-Estar o Menor, que contribuiu, também, para a Ação Social Arquidiocesana, extraordinário trabalho criado e desenvolvido nesta cidade por Sua Exce-

ESTADO DO PIAUÍ

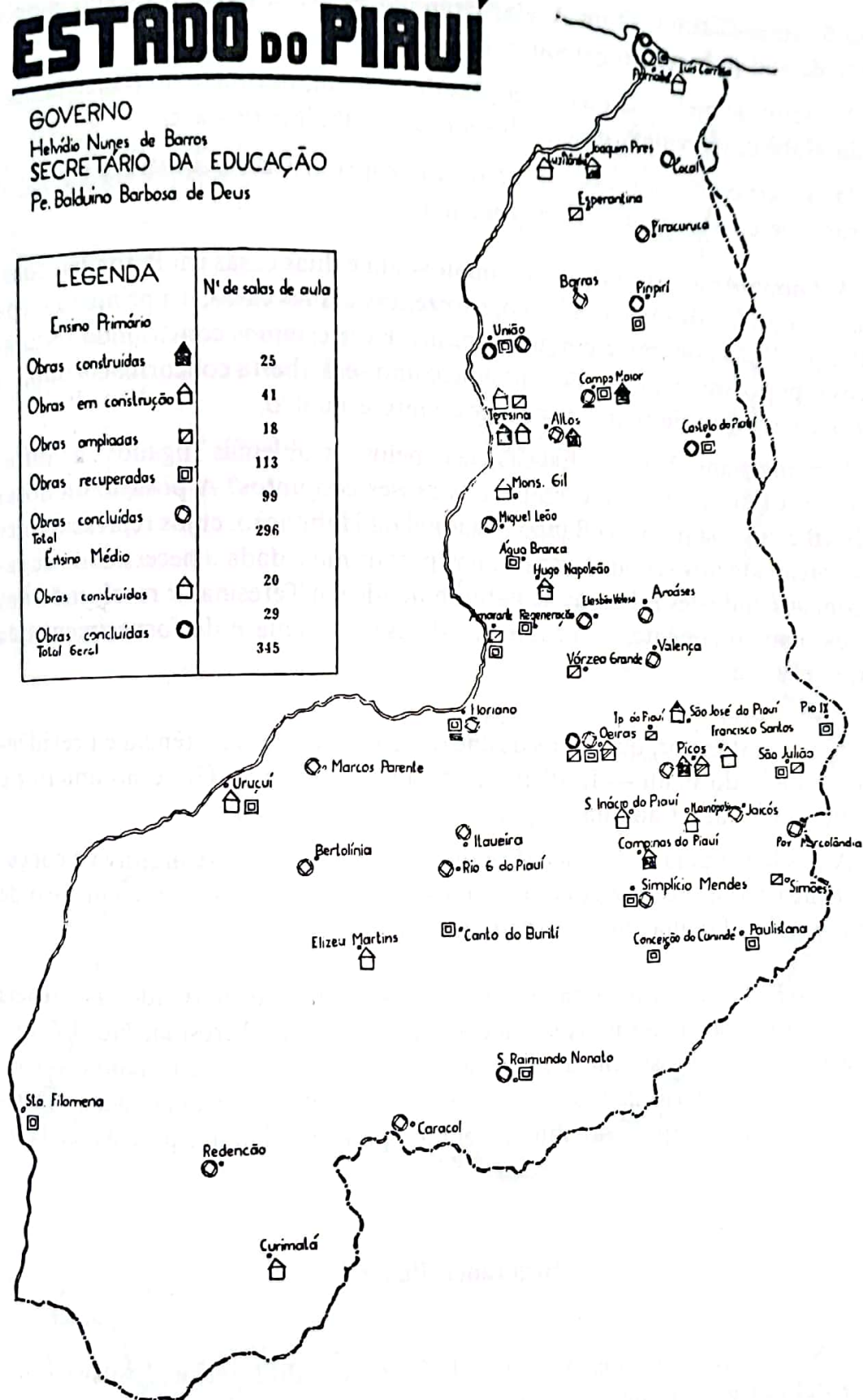
GOVERNO

Helvécio Nunes de Barros

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

Pe. Balduino Barbosa de Deus

LEGENDA		Nº de salas de aula
Ensino Primário		
Obras construídas		25
Obras em construção		41
Obras ampliadas		18
Obras recuperadas		113
Obras concluídas		99
Total		296
Ensino Médio		
Obras construídas		20
Obras concluídas		29
Total Geral		345



O Governo do Estado está vivamente empenhado na qualificação do professorado e estão sendo realizados cursos de treinamento, dentro e fora do Estado.

lência Reverendíssima, Dom Avelar Brandão Vilela, a quem o Estado jamais, apesar de sua pobreza, regateou apoio e ajuda.

No setor de melhoria das condições do homem, por meio do Banco Nacional da Habitação, vimos desenvolvendo um trabalho razoável.

O Governo anterior, com recursos do próprio Estado, construiu o primeiro grupo de casas populares em Teresina.

A Administração atual já edificou noventa e duas casas em Parnaíba, construiu o conjunto Monte Castelo, com trezentas e duas casas, e a primeira etapa do Parque Piauí com mil e cinqüenta casas. Hoje estamos construindo seiscentas casas populares e no mês de junho próximo será aberta concorrência pública para a construção de mais seiscentas e vinte e quatro.

Perguntariam Vossas Excelências pelos problemas ligados à infraestrutura. Como estão sendo realizados nesses conjuntos? A posição da nossa COHAB é tão boa junto ao Banco Nacional da Habitação, cujos representantes constantemente nos visitam, que nós nos permitimos, dada a necessidade de casas com as condições mínimas de habitabilidade em Teresina, ir resolvendo aos poucos, paulatinamente, os problemas de esgoto, água e de fornecimento de energia elétrica.

Ainda neste setor, queremos destacar o Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí — IAPEP, institucionalizado pelo Governo anterior e implantado na atual administração.

Antes havia uma Caixa Beneficente, que praticamente se limitava a conceder pequeninos e miseráveis empréstimos aos funcionários, e que em caso de morte dava às famílias uma verdadeira migalha.

O IAPEP hoje funciona em prédio condigno, está dando assistência médico-hospitalar a todos os servidores residentes em Teresina. No próximo mês levaremos essa assistência a Parnaíba, no mês seguinte a Floriano e, no outro, a Picos. O critério de atendimento é o das cidades que tenham maior número de funcionários e que contribuam com um percentual maior para a receita do Estado.

Segurança Pública

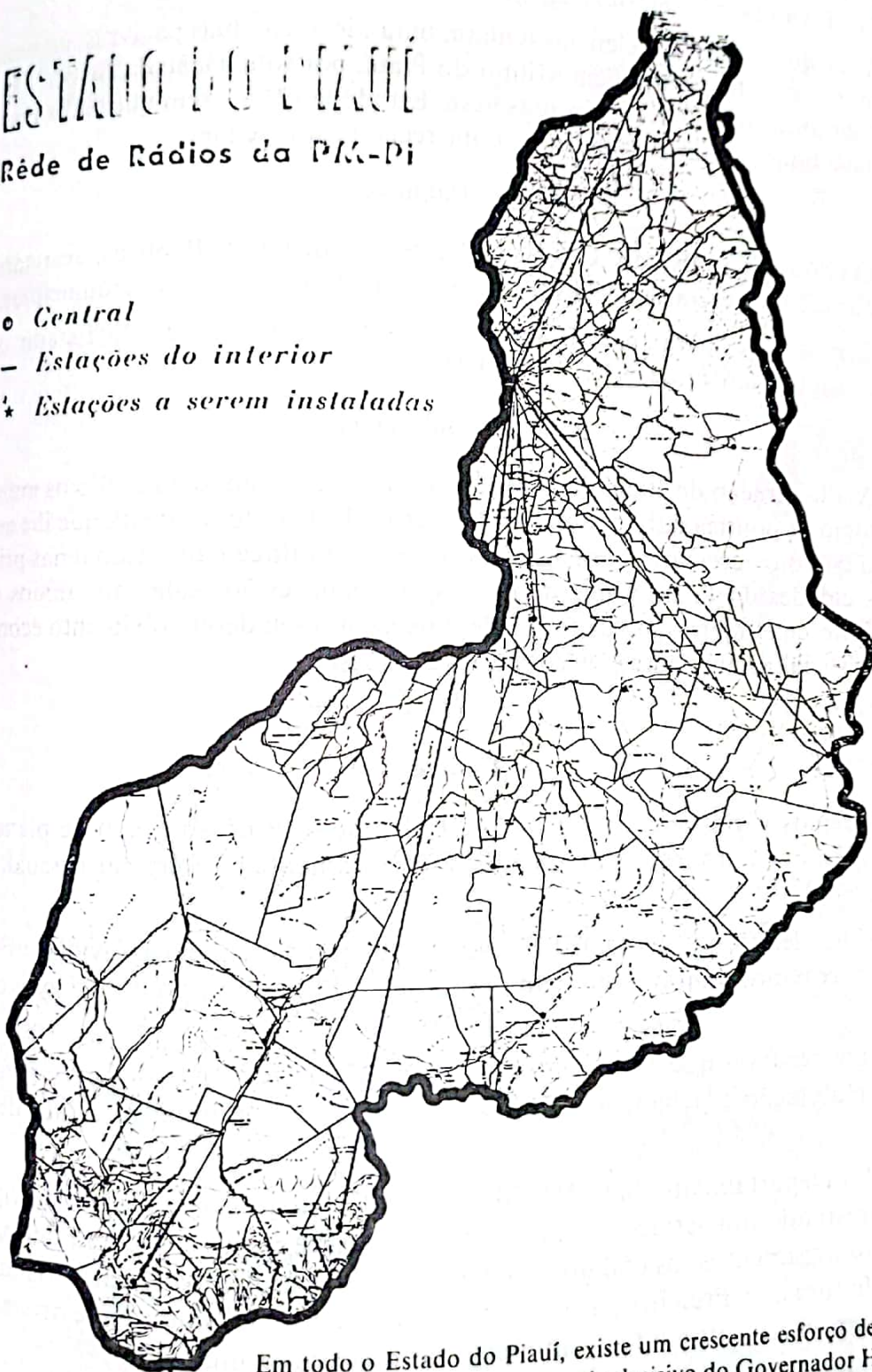
A Segurança Pública está a cargo da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública e da Polícia Militar do Estado.

Existem dentre Vossas Excelências alguns que são políticos militantes. De 1964 para cá nenhum político vai ao Gabinete do Governador pedir nomeação de Comissário de Polícia, nem transferência de soldado.

ESTADO DO PIAUÍ

Réde de Rádios da PRR-Di

- o Central
- Estações do interior
- * Estações a serem instaladas



Em todo o Estado do Piauí, existe um crescente esforço de desenvolvimento, através do comando decisivo do Governador Helvídio Nunes e dos homens de seu governo que executam um plano bem estruturado, dinâmico, com motivação de pessoal e eficiente processo de comunicação.

A Polícia Militar tem vinte aparelhos de rádio, transmissores e receptores, que prestam um serviço inestimável ao Estado, sobretudo porque estão sendo localizados onde não existem agências telegráficas.

Para que Vossas Excelências tenham uma idéia, em duas palavras, do setor de segurança pública: a Polícia Militar do Piauí, por solicitação da Justiça Eleitoral, garantiu as eleições realizadas neste Estado em 1966, sem que tenha havido, para honra da Polícia Militar, uma reclamação, sequer.

Obras Públicas

O Governo do Estado, através da Secretaria de Obras Públicas, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde, está presente hoje, em todos os municípios.

Temos hoje, para investimentos, em depósito no Banco do Estado do Piauí, a importância de NCR\$ 2.140.813,48.

Política Habitacional

A alta direção do Banco Nacional da Habitação não tem negado os maiores elogios à política habitacional do Governo do Estado do Piauí, que lhe empresta o apoio necessário para a execução de sua política habitacional nas principais cidades do Piauí. Governo e povo do Piauí estão realmente unidos no propósito de atingir as metas fundamentais para o seu desenvolvimento econômico e social. O ambiente é de confiança e trabalho.

Codese

Fizemos várias referências à CODESE, que é o nosso órgão de planejamento. Um dos propósitos da CODESE é exatamente o de treinar pessoal, fazer pessoal.

Mas, além disso, a CODESE realizou encontros regionais, dividiu o Estado em áreas-programas e, em cada uma delas, elegeu um pólo de desenvolvimento.

Com recursos que estão sendo carreados do SERFHAU — Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, foi realizado estudo preliminar da cidade de Teresina.

Um Departamento da CODESE, o de Assistência Técnica aos Municípios, vem prestando um serviço realmente notável, quer ensinando como devem ser feitos os orçamentos, os códigos, as leis tributárias municipais, quer orientando as Prefeituras, os Prefeitos, as Câmaras Municipais para que ajam e procedam, tendo em vista, sobretudo, o interesse do respectivo município.

Contratamos, com recursos da SUDENE, o Instituto de Serviço Público da Universidade Federal da Bahia e, a partir de dezembro de 1966, iniciamos a nossa Reforma Administrativa.

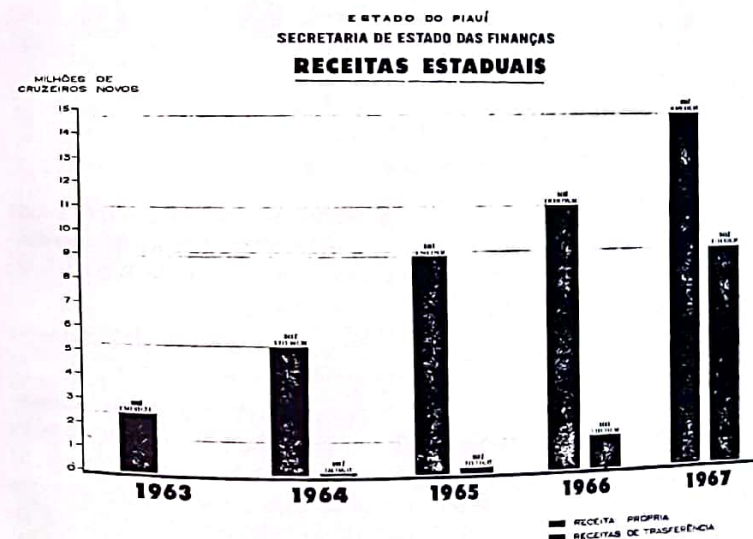
Hoje, estamos entrando em entendimentos com um consórcio internacional, por meio do FINEP, para obtermos recursos para o Plano de Desenvolvimento Integrado do Piauí. Esperamos que daqui a um ano todos esses dados tenham sido levantados e que essa firma, ou outra com quem venhamos contratar os serviços, possa nos entregar o resultado desse trabalho, que é necessário para as providências governamentais no que tange à melhor aplicação dos recursos públicos.

Finanças Públicas

Os quadros que vemos, e que praticamente espelham a situação das finanças estaduais de 1963 a esta parte, revelam os sucessos alcançados no plano financeiro.

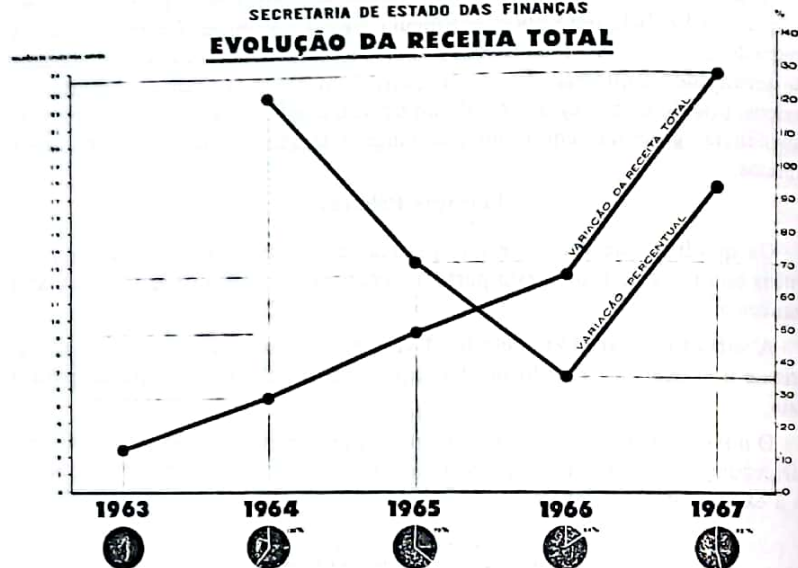
A substituição do IVC pelo ICM vem proporcionando resultados satisfatórios e a criação do Fundo de Participação dos Estados foi benéfica para o Piauí.

O novo sistema, a par das providências que vimos tomando, para melhorar a arrecadação, sobretudo no que se relaciona à fiscalização, vem correspondendo à expectativa.



O Governo do Estado, visando a dar rigorosa atualização à Legislação Tributária do Estado, determinou a elaboração do anteprojeto do Novo Código Tributário do Estado, o qual viria a se converter na Lei nº 2.843, de 29 de dezembro de 1967, com o valioso concurso do Poder Legislativo. Está em vias de constituição e implantação definitiva, o Conselho de Contribuintes do Estado, criado pela Lei nº 2.789, de 25 de abril de 1967. Foi criado na Secretaria das Finanças, o Serviço de Controle da Arrecadação. Nenhum imposto novo foi criado ou majorado pelo Governo estadual. O crescimento da receita é evidente!

ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS
EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL



Síntese

Dado o número de problemas, dado o volume de dificuldades que a toda hora temos de enfrentar, é natural que devêssemos escolher aqueles que, na nossa opinião, na opinião dos nossos técnicos e na opinião geral do Piauí, são os fundamentais, são os prioritários.

Mostramos a Vossas Excelências o quadro que espelha a situação de nossa rede de ensino primário e posteriormente da rede de ensino médio.

Em consequência, nós teríamos de eleger como fundamental para o desenvolvimento deste Estado, a criação da Universidade do Piauí. Temos poucos médicos no sul do Estado. Que fazer? O Estado teria, com recursos próprios, de criar uma Faculdade de Medicina, pois que os cariocas, os gaúchos e os mineiros não querem vir clinicar no interior do Piauí. O Estado hoje criou e está fazendo funcionar a Faculdade de Medicina do Piauí, da mesma forma que custeia integralmente as despesas com o funcionamento da Faculdade de Odontologia e estamos tentando elevar de nível médio para superior a atual Escola de Auxiliar de Enfermagem.

A Universidade do Piauí, por conseguinte, deve sair, precisa sair, é imperioso que seja criada.

Está em Final de Construção a Magnífica Sede do Banco do Desenvolvimento do Estado do Piauí

Contando com 11 agências, espalhadas pelas principais cidades do Estado, transformou-se num instrumento catalizador da vida econômica e creditícia do Piauí, atendendo não só às atividades públicas como particulares. A ele tem recorrido o Poder Público estadual, bem como as artarquias e sociedades de economia mista, obtendo eventuais suprimentos, logo repostos, dentro do teor das normas bancárias. A política creditícia do Governo do Estado, objetivando a dinamização e a expansão da economia estadual, proporcionou amplos resultados. Assim, as inversões buscaram, fundamentalmente, os setores industrial e agrícola, em proporções superiores a 100% sobre os índices alcançados em 68.

A um mês aproximadamente tivemos a última verificação, que foi feita pelo Professor Gilberto Osório, da Universidade Federal de Pernambuco, e que no seu relatório, já enviado ao Conselho Federal de Educação, sustenta e afirma que nós temos condições, e condições ideais, para criação, em moldes modernos, da Universidade do Piauí.

O suporte de toda a política desenvolvida pela CEPISA — Centrais Elétricas do Piauí S.A. — é a Barragem de Boa Esperança, cuja construção foi confiada ao pulso forte de um notável Engenheiro que é o Coronel César Cals.

Ontem tivemos a operação desvio II e em março do próximo ano, ou antes disso, que mais uma vez nos ajude o Coronel César Cals, a energia da Boa Esperança estará chegando a Teresina. Quando a energia chegar às nossas principais cidades, a CEPISA já se antecipou construindo as redes de distribuição.

Além da nossa PI-4, a cargo inteiramente do Estado, nós precisamos, urgentemente, da pavimentação da BR-316, cuja obra foi delegada ao 2º BEC, na pessoa desse notável soldado, mas sobretudo homem público, que é o Coronel Gentil Nogueira Paes.

Precisamos, também, e urgentemente, da construção do nosso porto. Atualmente o modelo reduzido está sendo confeccionado pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Estamos acompanhando de perto. O Almirante Clóvis, há um mês, deu-me a notícia alvissareira de que existem recursos para a construção do modelo reduzido, embora demorados os serviços.

Por outro lado, em convênio com o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, a COHEBE já iniciou a construção das eclusas de Boa Esperança, depois do que a construção do porto é uma necessidade imperiosa e imediata. Concluídas as eclusas, regularizado o leito do rio Parnaíba, teremos um caminho barato, teremos mil e quinhentos quilômetros de estrada, que não necessitam de conservação. A consequência natural será a construção desse porto, pois que nós não podemos ficar dependendo dos portos dos nossos vizinhos Maranhão e Ceará, quando temos um que com poucos recursos poderá ser feito. Só existe justificativa para o que está sendo realizado, para a cons-

trução das eclusas da Boa Esperança, se tivermos construído o porto de Luís Correia.

Finalmente, eu lhes disse que existe um saldo em Banco da ordem de NCR\$ 2.140.813,48, na conta de investimentos. Com o próximo recebimento, correspondente a maio, do Fundo de Participação, e adicionados a esta reserva os cinquenta por cento de investimentos, teremos o necessário para criar o Banco de Desenvolvimento do Estado do Piauí.

Excelentíssimas Autoridades, Senhor General, Senhores Estagiários:

De improviso, tendo um mundo de problemas à minha frente, eu lhes peço desculpas se não lhes disse mais.

O Piauí, Senhor General e Senhores Estagiários, o Piauí precisa da ajuda do Governo Federal, precisa da colaboração e do trabalho de todos os homens de bem deste País, representados, graças a Deus, e para felicidade nossa, por Vossas Excelências.

A palavra do Comandante da Escola Superior de Guerra

O Comandante da Escola Superior de Guerra, General Augusto Fragoso, assim se expressou a propósito da exposição feita pelo Governador do Piauí, Dr. Helvídio Nunes de Barros:

“A exposição que Vossa Excelência acaba de proferir perante os estagiários da Escola Superior de Guerra, preencheu amplamente, magnificamente, a nossa finalidade.

Nela nós vimos retratada uma obra eficiente, austera e proba de Governo, perfeitamente entrosada com os órgãos federais de desenvolvimento regional, que atuam nesta região.

Nela, também, nós percebemos o toque que diz bem da nobreza de sua personalidade e da serenidade de seu Governo. Foi a referência contínua ao seu antecessor, revelando uma continuidade administrativa muito rara de encontrar-se na administração pública do Brasil, nos últimos tempos.

A Escola, sabe Vossa Excelência, estuda a realidade brasileira à luz de dois objetivos essenciais: o desenvolvimento e a integração.

Mas, um desenvolvimento econômico com justiça social, ou seja, o desenvolvimento a serviço do homem, expressão de uma das recentes encíclicas, expressão também utilizada pelo Presidente da República como título da aula inaugural da Escola no corrente ano.

E a integração no sentido de consolidar, cada vez mais, os laços da comunidade brasileira, pondo em relevo os valores espirituais, morais e culturais do povo, tradicionalmente cristão. A Escola reconhece, também, que urge uma guerra sem trégua aos desequilíbrios econômicos e sociais, que põem em risco a paz social, desequilíbrios entre várias regiões do País, como é o caso, por exemplo, da Amazônia e do Nordeste, em relação ao Centro-Sul, desequilíbrio entre Estados da mesma região como é o caso da Amazônia Ocidental em relação à Amazônia Brasileira e como é o caso do pujante e valente Piauí no Nordeste brasileiro. São os desequilíbrios entre as sociedades urbanas e a sociedade rural, enfim, uma série de desequilíbrios econômicos e sociais contra os quais, nós, há vários anos propugnamos.

Mas, para dizer a Vossa Excelência o resultado da exposição que acaba de ser feita para os trabalhos dos estagiários, nada melhor do que um estagiário, propriamente.

E é com este intróito que eu pediria ao General Carlos Vanário que, em nome dos estagiários, principalmente, em nome também do Comandante da Escola, dissesse a Vossa Excelência o que representou para todos nós ouvir, nesta capital longínqua, a palavra do administrador tão sério, tão seguro, tão sereno, tão eficiente."

Homenagem

Adhemar de Barros Filho

São Paulo recebeu, com fraternal entusiasmo, a visita do Governador Helvídio Nunes de Barros.

Sua presença, em nossa Capital, foi marcada pelo carinho com que o cercaram os empresários, os jornalistas, os estudantes e as autoridades.

É que Helvídio Nunes aqui chegou como intérprete de irmãos que são credores, pela luta que travam a fim de integrar o seu Estado no progresso e no desenvolvimento nacionais, da nossa mais cálida admiração e do nosso mais profundo respeito.

Ex-aluno que tenho a honra de ser da Escola Superior de Guerra, ouvi a palestra que o dinâmico administrador pronunciou na ADESG.

E, como todos os que lotavam o imenso auditório da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, impressionei-me e sinceramente vibrei com a exposição que o jovem Chefe do Executivo piauiense fez com lealdade, franqueza, honestidade e objetividade, demonstrando que o Piauí de hoje está em condições de oferecer, sem precisar pedir.

Realmente, o retrato sincero que S. Ex.^a traçou de seu Estado, na hora atual do Brasil, que é de impulso seguro para o seu pleno desenvolvimento, a todos empolgou e comoveu.

Ligado a São Paulo desde os primórdios da arrancada que o Brasil iniciou para se impor, como se impôs e está se impondo, como grande nação e próspero país, o Piauí guarda, na sua História, a lembrança da presença paulista ali imorredouramente assinalada por Domingos Jorge Velho, o bandeirante de Santa redouramente assinalada por Domingos Jorge Velho, o bandeirante de Santa do Parnaíba, que foi o primeiro a liderar a implantação de núcleos de povoamento no simpático Estado.

Por muito amar aquele rincão brasileiro, Domingos Jorge Velho deu a um de seus rios — à sua mais importante estrada-que-anda — o nome da cidadezinha paulista em que nasceu.

Quando dali saiu para combater, nas Alagoas, a República dos Palmares, Domingos Jorge Velho deixou a marca do seu heroísmo e do seu brasileiro

bem paulista. E quando os homens que o acompanhavam retornaram, fundaram, às margens do Poti, o Arraial dos Paulistas, que foi, no dizer de José Camillo Filho — autor da Pequena História do Piauí — “um instrumento decisivo para a colonização daquele Estado”.

Estes fatos, que a presença de Helvídio Nunes e seus assessores em São Paulo recordou tão oportunamente, fizeram da sua conferência perante seletos, culto e interessado auditório, como o é o da Associação dos ex-Alunos da Escola Superior de Guerra, uma verdadeira aula de otimismo, de fê, de irrefreável confiança — que a todos contagia — no futuro do pequeno Estado, cuja grandeza reside, exatamente, na perseverança, que se vai tornando vitoriosa, com que seu povo se empenha por melhores dias.

Estes chegarão em breve, não tenho dúvidas. O Brasil está deixando de crescer em partes, para fazê-lo por inteiro.

Ao oferecer esta publicação ao povo do Piauí, faço-o coerente com as lições de acendrado amor à Pátria que aprendi com meu saudoso Pai e que continuo recebendo de minha Mãe.

Ao editar a conferência de Helvídio Nunes na ADESG paulista, presto uma homenagem ao bravo povo do antigo Pigauí, hoje, o pujante Piauí que as águas abençoadas do Poti e do Parnaíba banham e fecundam.

Aos piauienses, pois, a minha saudação paulista, cordial e fraterna.

Conceituação de Desenvolvimento

Palestra pronunciada em São Paulo na Associação dos ex-alunos da Escola Superior de Guerra, pelo então Governador do Piauí, Helvídio Nunes de Barros, em setembro de 1969.

Ao aceitar a incumbência com que me honrastes, minha primeira preocupação foi a de procurar colocar, em termos objetivos, o que entende o Governo do Piauí por desenvolvimento.

Visualizando as diversas nações e o comportamento de seus povos, obriguei-me a deixar de lado a simplista maneira de identificar países desenvolvidos e subdesenvolvidos pelos seus índices de renda *per capita*, de mortalidade infantil, de analfabetismo, de longevidade de seus habitantes, de industrialização e de energização, e tantos outros, com os quais pretendem os economistas medir o grau de crescimento econômico e de progresso social em que se encontra a região estudada.

É que, meus Senhores, dados desta natureza, por serem estáticos, quando muito representam uma fotografia em determinado tempo e espaço, mas, dificilmente, indicarão os movimentos, as tendências e as modificações existentes dentro do processado contínuo das transformações sócio-econômicas por que passa a humanidade.

É certo que não podemos olvidar aquele. Se, porém, me fosse dado o direito de conceituar o desenvolvimento, eu o definiria como estágio cultural em que se acha determinado povo.

Cultura que se reflete na economia, como o alto nível tecnológico que a sustenta; cultura que se retrata, socialmente, na efetiva oferta de serviços públicos a um maior percentual de beneficiários; cultura que se traduz, do ponto de vista político, na mais efetiva participação do povo no poder de decisão dos governantes.

Enfim, desenvolvimento e cultura representam uma sinonímia que se constancia, política, social e economicamente, na prática mais elevada do ideal democrático.

É atendendo a estes requisitos que ouço a voz de Paulo VI, quando proclama que desenvolvimento é o novo nome da Paz. E é ainda pensando desta maneira que posso distinguir o mundo subdesenvolvido das nações ricas.

Se a humanidade atingiu a um estágio cultural que permitiu a viagem interplanetária, desgraçadamente, à grande maioria dos homens ainda não chegaram os frutos do progresso. É que, Senhores Adesguianos, ao avanço tecnológico vertiginoso, que nos surpreende dia a dia, não correspondem os padrões culturais imprescindíveis e necessários à sua assimilação.

Esta, a fonte de todos os problemas do subdesenvolvimento. Os anseios dos povos subdesenvolvidos não podem e não devem ser entendidos como indagações cujas respostas caberiam, apenas, à técnica de uma análise fria e neutra.

É ao poder político que compete decidir qual o melhor caminho para o desenvolvimento, porque, no seu processamento, ao se manipularem números e dados estatísticos, antes de tudo se está jogando com o futuro das populações.

Hoje, meus Senhores, a escolha deste caminho se torna, a cada hora, mais difícil, porque, à medida que os desníveis se aprofundam e que se tornam conhecidos dos menos favorecidos, aumenta a ânsia destes últimos para alcançar, aos saltos, o nível mais alto das nações desenvolvidas.

Falsas lideranças

Surgem, então, as incompreensões, os descontentamentos, as dúvidas, as desconfianças, os desesperos, resultantes quase sempre da ignorância, e que propiciam e fomentam o surgimento de lideranças espúrias que pretendem atingir com a força e com a subversão o que não poderiam conseguir com a inteligência e a capacidade técnica.

Como se a imposição a um povo, se possível fora, de uma ideologia política que pretende aniquilar com a dignidade do homem, despersonalizando-o e o automatizando pudesse conduzi-lo ao gozo de uma vida economicamente estável, socialmente justa e politicamente livre.

A confusão se generaliza e os conceitos são invertidos: liberdade se torna o simples direito de viver; igualdade é o nivelamento econômico de todas as classes; fraternidade é a convivência forçada sob a égide dos dominadores.

O clima, que se vem estendendo em todo o Terceiro Mundo, exige da Nação subdesenvolvida, ou em vias de desenvolvimento, uma política em que a segurança é ponto fundamental para que o crescimento econômico e social se faça harmoniosa e integralmente.

Definição de Segurança

Desenvolvimento e segurança são, portanto, conceitos interdependentes.

Entretanto, Senhores, não se vá entender como segurança, apenas, a ação repressiva e eventual a que o Governo se obriga em determinadas circunstâncias.

Segurança também é a manutenção da unidade territorial; a integração econômica de áreas mais pobres no sistema de mercados de consumo; a existência de uma trama viária que aproxime as unidades federativas; o aumento e diversificação de produtos que garantam o abastecimento dos centros urbanos; a presença do Governo, enfim, através da prestação de serviços públicos e incen-tivos às classes produtoras da Nação, em todos os seus quadrantes. Tudo isto é o próprio caminho para o desenvolvimento.

O Piauí

Volto, agora, o pensamento para o meu Piauí.

Como atrelá-lo, representante que é e dos mais característicos das regiões subdesenvolvidas deste imenso País, aos conceitos que acabo de emitir?

Sem dúvida, Senhores, a sua formação histórico-cultural de muito influuiu para que não tenha conseguido acompanhar o ritmo de crescimento dos seus irmãos do centro-sul brasileiro.

Nascido sob o signo da pecuária extensiva, deu-se o processo de colonização do Piauí do centro para o litoral, condicionando-o, geograficamente, ao isolamento dos centros produtores do Brasil colonial.

Esse tipo de atividade criatória lhe impôs uma rarefação demográfica, que, posteriormente, aglutinou-se em núcleos populacionais, sem chegar a cobrir os grandes espaços vazios que, ainda hoje, são encontrados. Tal fato conduziu os excedentes de mão-de-obra, já não absorvidos pela criação de gado, a dedicarem-se à lavoura de subsistência, em torno de um centro dominante — a fazenda de criação.

Iniciou-se, então, o processo de formação sócio-econômico do Estado, em que, por falta de comunicações e de transportes, ao lado de uma economia fechada, evoluiu a “civilização do couro” de Capistrano de Abreu.

A fazenda tornou-se um “status” econômico próprio, que comandava a vida cultural e política do Estado, através de uma sociedade de proprietários rurais.

Esse sistema econômico, tipicamente de autoconsumo, não exigia investimentos: a pecuária extensiva explorava os vastos campos para a sua susten-

tação. O fazendeiro vendia o seu gado à porta dos currais; a lavoura de subsistência, praticada pelos agregados e moradores da propriedade, assegurava-lhe renda certa e dava-lhe despreocupação no abastecimento de sua despesa.

Estas as raízes da economia piauiense, que condicionaram a realidade atual do meu Estado.

A inexistência do risco neste sistema produtivo não poderia gerar uma mentalidade empresarial, tão necessária à fase de integração do Estado na economia de mercado do País. Eis aí uma das razões por que, até hoje, o Piauí se ressentia das quedas de preço dos seus principais produtos, a cera e o babaçu, atividades extrativistas do setor primário e meramente de transformação, no setor secundário.

Na realidade, enquanto Pernambuco, Bahia e o centro-sul do País mercadejavam diretamente com a Europa, e dela recebiam, como invasores ou como imigrantes, um aporte cultural considerável, ávido por uma sociedade nova e florescente, o Piauí manteve-se, apenas, com os reinóis e com os descendentes de bandeirantes criadores, sem outra visão que não fosse o domínio da terra, em função, inicialmente, da sua própria sobrevivência, e, posteriormente, do poder político-social que ela lhe propiciava.

Se economicamente, no Piauí, comandavam as atividades de subsistência; se, sociologicamente, era a civilização do couro que se impunha, na política o coronelismo surgia, em meu Estado, na figura do proprietário-fazendeiro.

A tentativa mais válida para a transformação dessa estrutura de cunho feudal foi feita por um baiano, o conselheiro José Antônio Saraiva, que ao transportar a Capital do Estado da velha Oeiras, centro de tradições fincado em pleno sertão, para a Vila Nova do Poti, às margens do rio Parnaíba, a cidade de Teresina, — quis, ao mesmo tempo, quebrar o isolacionismo em que vivia o Piauí, e incrementar o comércio e fomentar a exportação de produtos regionais, através da navegação daquele rio. Desenvolviam-se, então, as cidades, ainda hoje, de maior influência na sócio-economia do Estado, que se situavam às margens do “Velho Monge”.

O fato histórico, porém, não foi suficiente para integrar o Piauí na economia interna do País.

As transferências de recursos se fizeram, naturalmente. Mas passavam da agropecuária para o comércio, e desta para as atividades primárias. Os produtos acabados continuavam a ser importados, sem que o mercado piauiense aumentasse o seu poder aquisitivo.

Ê, também, nas suas raízes culturais que se justifica o esquecimento por que passou o Piauí, em décadas e décadas de governos, provocando, hoje, uma justa reclamação e um sentimento de frustração nos seus filhos. A falta de oportunidade que impediu o amadurecimento político, condicionou a política dos coronéis a praticar a arte de governar como o direito de mando e a satisfação de

interesses privados, deixando de lado as ocasiões de servir à região, pelo conhecimento dos problemas e tentativas de soluções junto ao Poder Central.

Chegamos ao Piauí de hoje. Setenta e seis por cento de sua população e oitenta e dois por cento de sua mão-de-obra nas zonas rurais; sessenta e cinco por cento de pessoas que não sabem ler; renda *per capita* de 105 dólares; agricultura ainda de subsistência; indústria incipiente com a média de 50% de capacidade ociosa; renda tributária que não chega a quarenta milhões de cruzeiros novos. Desafio aos Governos. Desafio aos técnicos. Desafio ao desenvolvimento.

A Grande Luta

Quão difícil é a luta contra a pobreza no Estado pobre. Senhores, governar o Piauí é lutar contra o subdesenvolvimento. Ê procurar transformar sua agricultura tradicional, aumentar o poder aquisitivo de sua população, incentivar a implantação racional de indústrias; e, também, fazer estradas e produzir energia; é dar-lhe uma nova mentalidade, enriquecendo a sua cultura; é promover o bem-estar social, assegurando a seus habitantes melhores condições de saneamento e moradia. Ê, finalmente, retirá-lo do setor de subsistência, para fazê-lo participar do mercado exportador e do complexo industrial da Nação.

Tantas metas para tão poucos recursos!

Ê verdade, Senhores, que muitas delas dependem do Governo Federal. A transformação da agricultura tradicional não será realizada, apenas, com a implantação de projetos agropecuários, em que as antigas fazendas se transformem em empresas econômicas; a reforma agrária, como solução do problema econômico, é uma necessidade, pois no meu Estado se constata que 90% da produção agrícola provêm da pequena unidade produtiva familiar; as exigências de mão-de-obra qualificada reclamam um processo educativo com maior objetividade, no qual sejam atendidas as exigências da agricultura e da indústria em currículos adaptados à problemática piauiense.

A SUDENE

Creio, Senhores, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, — SUDENE. Como todo governante da região, sou dos que elogiam a política formulada e executada por aquele órgão do Ministério do Interior. E estou sempre do lado dos que a defendem intransigentemente. Mas, tenho que dizer a sua política de incentivos, consubstanciada nos arts. 34 e 18 dos seus Planos-Diretores, não têm conseguido levar ao Piauí os recursos necessários à efetiva implantação dos projetos agropecuários e industriais considerados prioritários para o Nordeste e em especial para o meu Estado. Voltada para os problemas

do Nordeste, precisa a SUDENE, a fim de diminuir as disparidades dentro da própria região, descer a nível de Estado, para, analisando as peculiaridades econômicas e sociais, fixar diretrizes específicas objetivando o desenvolvimento equilibrado da área.

As ferrovias, as aquavias e as rodovias, principalmente as de penetração e de integração, dizem respeito não somente ao interesse do desenvolvimento mas, paralelamente, às exigências da segurança. O rio Parnaíba há de voltar a ser navegável e a urgente construção do Porto de Luís Correia é fundamental para a unidade econômica do Piauí. A rede ferroviária, além de oferecer custos mais baixos no transporte terrestre, é imprescindível para a estratégia militar. As estradas de integração e de penetração são essenciais para conduzir o povo à certeza de que faz parte de uma só comunidade, que deseja a sua participação e o seu esforço no trabalho para a construção do Brasil grande.

Faz-se mister, também que, pelo menos, os centros populosos sejam dotados de uma infra-estrutura básica de energia e saneamento, ponto fundamental para o nascimento e o crescimento de indústrias, além de consistir numa obrigação do Estado para com os seus habitantes.

Por fim, cumpre ao Governo adotar uma política de incentivos próprios consubstanciada em leis fiscais ou legislação específica, que provoquem os grupos econômicos nacionais, ou os investidores de fora do País, a carrearem seus capitais para aquela região, atraídos pelas economias externas e pelos subsídios que lhe são proporcionados pelo Estado.

É com esta visão que governo o Piauí. Permite que vos apresente algo do que, nestes três últimos anos, realizou o meu Governo.

Plano para Desenvolvimento

Antes de assumir o Governo, recomendei à Coordenação do Desenvolvimento do Estado que elaborasse o II Plano de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Piauí, o qual, depois de aprovado, vem sendo cumprido dentro das possibilidades dos recursos estaduais. Neste plano, incluiu-se como meta prioritária do Governo a adequação da estrutura administrativa às necessidades do crescimento do Piauí, através da implantação da Reforma Administrativa, cujo processamento finda no próximo mês de outubro. Na realidade, a Reforma Administrativa não tem solução de continuidade, porque a administração pública será sempre renovada à medida em que aumentem as responsabilidades do Governo.

A programação de Governo é resultante, atualmente, de um trabalho de equipe, em que, além dos 35 técnicos de nível superior, pertencentes ao órgão do Planejamento, participam os demais assessores de administração direta e das autarquias e economias mistas do Estado.

O Planejamento não obedece a injunções políticas. A realidade política é analisada como função, jamais como objetivo a ser cultuado pelo Governo.

Desta maneira, os Orçamentos-Programas Anuais, os Planos de Aplicação dos Fundos do Governo Federal, a política creditícia e financeira do Estado, os investimentos setoriais, enfim as atividades a serem desenvolvidas pelo Poder Executivo, são frutos de uma criteriosa análise das necessidades do Estado e do trabalho integrado de uma equipe, onde o governador se nivela aos técnicos, decidindo de acordo com as prioridades do desenvolvimento piauiense.

Os setores da infra-estrutura básica estão preparados para suportar o afluxo de capitais.

Hoje no Piauí

Boa Esperança encontrará os 32 municípios mais prósperos do Piauí aptos ao recebimento da energia que produzirá, com uma rede de distribuição tecnicamente idêntica às melhores deste País, 12 delas em pleno serviço com energia produzida por termoeletricas.

Além disso, o órgão responsável por este setor firmou convênio com a INDA para a energização de zonas rurais, exatamente aquelas que oferecem condições melhores de produção agrícola e criação de rebanhos.

Construiu o Governo Estadual, e está construindo, mais de 1.400 km de rodovias, dobrando a trama existente, todas de cunho de integração, ligando áreas, até hoje, completamente isoladas dos centros econômicos e culturais do Estado ou possibilitando um maior fluxo de comercialização de produtos agropecuários, com as chamadas estradas vicinais.

A ligação por microondas entre a Capital e o norte do Estado já se encontra funcionando perfeitamente e os trabalhos para construção da linha tronco-sul, completando o sistema de telecomunicação do Piauí, já foram encomendados. Desta forma tão logo o Ceará conclua a repetidora de Ubajara, os piauienses poderão comunicar-se com o centro-sul do País.

Falta-nos, é bem verdade, o rio Parnaíba tornar-se navegável e o Porto de Luís Correia surgir como uma realidade, para que a unidade política se torne também uma unidade econômica. Trabalho neste sentido já foi realizado. As eclusas de Boa Esperança e o Porto do Piauí já são metas do Governo Federal, necessitando de aceleração.

O abastecimento d'água dos nossos principais centros urbanos é suficiente para atender à demanda do consumo, atual e futuro. O Governo conclui em Teresina a 1ª etapa da construção da rede de esgotos sanitários, com extensão de 82 km, saneando todo o centro urbano da capital piauiense.

O sistema educacional assiste, a cada dois dias, o aumento da rede escolar de mais uma sala de aula devidamente equipada; a Universidade Federal do

Piauí já é considerada uma realidade e a Faculdade de Medicina, criada e mantida pelo Estado, como passo para interiorizar a saúde pública, nada fica a dever às suas congêneres do resto do País, pelo alto padrão técnico e científico.

Por outro lado, a qualificação do corpo docente, de todos os níveis, é uma preocupação constante do Governo com o treinamento, a partir de 1967, de mais 1.500 professores dos ensinos primário, médio e universitário.

A assistência médico-hospitalar incorporou 373 novos leitos, com funcionamento de um hospital básico em Teresina, de dois hospitais regionais, em Florianópolis e Picos, de 5 hospitais de áreas em Valença, São Raimundo Nonato, Oeiras, Piripiri e Corrente, de 5 unidades mistas, em São João do Piauí, Jaicós, Lurupá, Piripiri e Corrente, de uma maternidade e uma colônia de psicopatas, em Teresina, e de postos de saúde nos demais municípios do Estado. Presentemente edifica-se o Hospital Regional de Campo Maior.

A agricultura constitui meta prioritária do meu Governo. Ao assumir o Poder Executivo, a Secretaria de Agricultura confundia-se com a de Obras Públicas e, pouquíssimos eram os técnicos dedicados a política agrícola do Estado. Hoje, existe uma Secretaria específica, com quadro técnico especializado e com 9 agências de promoção agropecuária no interior do Estado, desenvolvendo intensa e profícua ação; políticas de incentivo à cultura do algodão; de assistência à avicultura; de crédito rural orientado; de introdução de novos reprodutores e matrizes selecionadas; de produção de sementes e mudas; de mecanização agrícola; de comercialização de produção; de profilaxia animal; de formação de pastagem e conservação de forragens, são sustentadas com um percentual do orçamento do Estado que, em 1970, atinge a 10%.

Reconhecendo que no setor primário encontram-se as melhores perspectivas para o desenvolvimento do Piauí o Governo instalou uma Divisão de Geologia na Coordenação do Desenvolvimento do Estado, embrião de um centro de pesquisas dos recursos minerais, que, com laboratório de análise química em funcionamento, procura identificar e quantificar as riquezas do subsolo que sejam passíveis de exploração economicamente viável. Já foram catalogadas ocorrências de amianto, gesso mármore, calcita, calcário, diamante, cristal de rocha, ametista, opala, alúmen, galena, rutilo, hematita e carvão mineral em diferentes regiões do Estado, abrindo, assim, perspectivas alentadoras para o futuro do Piauí.

Com respeito à promoção do Bem-Estar Social o meu Governo deu ênfase à solução do problema habitacional construindo, por intermédio da Companhia de Habitação do Piauí, 2.747 casas populares, e dois conjuntos residenciais para a classe média, pelo Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí. O IAPEP desenvolve atividades assistenciais e previdenciárias que o colocam, pela organização e pelo elevado sentido social, como um dos órgãos, no País, que mais se destacam.

O Serviço Social do Estado, procurando integrar a mão-de-obra marginalizada no sistema produtivo local, e valendo-se, principalmente, de centros sociais em Teresina e em quarenta municípios do interior do Estado, qualifica essa mão-de-obra através de cursos e treinamentos, principalmente para soldador, eletricitista, instalador, torneiro, carpinteiro, pedreiro, etc, com a decisiva participação do PIPMOI — Programa Intensivo para Preparação de Mão-de-Obra Industrial.

Para que se tenha em resumo uma idéia precisa do esforço governamental, as despesas de capital que cresceram nos Estados em conjunto, de 100 para 244, no Nordeste de 100 para 445, no período de 1966 a 1968, elevaram-se no meu Estado de 100 para 2.434.

Respostas às Mentiras

Senhores Adesguianos, o Piauí de hoje, se apresenta com uma fisionomia nova e de cabeça erguida. Não teme as detrações e as aleivosias de pseudos-jornalistas ou de quaisquer elementos que não possuam inteligência e conhecimento suficientes para analisar uma realidade política, econômica e cultural.

Progresso Sempre

O Estado se vestiu de nova roupagem para receber condignamente, aqueles que promovem a riqueza do País. Mas não satisfeito somente com as obras infra-estruturais, com o alargamento dos serviços públicos, com a presença constante do Governo Federal — plantando BOA ESPERANÇA, pavimentando rodovias, construindo ferrovias, melhorando os serviços federais naquela área — quis ainda, reconhecendo o papel do setor privado no desenvolvimento econômico, motivar-lhe a expansão, oferecendo-lhe os mais diversos incentivos que juntos aos da SUDENE, tornam o Piauí uma das regiões, hoje, mais atrativas do Nordeste para a inversão de capitais, nos diversos setores das atividades econômicas.

O Banco do Estado do Piauí que de 1966 a esta data, decuplicou o seu capital social e aplicou na agricultura, na indústria e no comércio recursos equivalentes a respectivamente 417%, 433% e 360% do ano base (1966) goza hoje da maior confiança nos meios econômicos e financeiros da Nação, sendo o agente de todos os fundos de financiamento ao setor primário ou secundário, provenientes do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco Central e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Criou-se o Fundo de Financiamento para Elaboração de Projetos que permite o empresário contratar técnicos e escritórios de qualquer local deste País, à sua livre escolha, sem o desembolso imediato dos recursos, com vantagens óbvias.

Ao mesmo tempo, reestruturou-se o FOMINPI — FOMENTO INDUSTRIAL DO PIAUÍ, órgão de economia mista em que o Governo detém a maioria das ações, o qual por um de seus departamentos, o Núcleo de Assistência à Indústria — NAI, assiste tecnicamente as Pequenas e Médias Indústrias, elaborando projetos mediante taxas fixas, sem fins lucrativos, para implantação, modernização, realocação ou ampliação e os orienta para a obtenção de maiores índices de produtividade.

Cabe, aqui, a informação de que foi instituído recentemente, o Fundo Rotativo de Estímulo à Iniciativa Privada, com recursos de dois milhões de cruzeiros novos, depositados no Banco do Estado e movimentado pelo FOMINPI, dentro das finalidades já citadas. A outra atividade deste órgão é a implantação e administração do I Distrito Industrial de Teresina, oferta de economias externas aos empresários industriais com a possibilidade de aquisição de áreas servidas por infra-estrutura tecnicamente projetada, mediante pagamento a médio prazo ou participação acionária nas empresas que ali pretendam instalar-se.

Oferece, também, o Estado do Piauí, o financiamento para a própria captação de recursos provenientes dos artigos 34 e 18, depositados no BNB, sabido de todos o alto custo para sua obtenção e a dificuldade para carregá-los aos Estados menos desenvolvidos do Nordeste.

Finalmente, a legislação estadual de incentivos concede isenção de 60% do ICM para indústrias pioneiras e 30% para qualquer atividade industrial, contanto que sejam reinvestidos em projetos, próprios ou alheios, situados dentro do Estado e que visem o aumento da produção e fortalecimento das atividades industriais do Piauí.

Ainda mais: o próprio comércio pode descontar 5% dos impostos devidos ao Estado, para aplicação em projetos ou empresas industriais.

Frutos da Paz

Tudo isto foi possível graças ao clima de paz e tranquilidade de que ainda hoje desfruta o meu Estado e que tem a garanti-lo, além do perfeito entrosamento das autoridades federais e estaduais, a Polícia Militar do Piauí, a qual, a par de suas funções específicas, e dentro da conceituação de desenvolvimento da hora presente, mantém rede de radiotransmissão em 22 cidades interioranas, constrói pontes, prédios escolares, quartéis e conjuntos residenciais para oficiais e praças.

Eis, meus Senhores, o esforço de um Estado, realizado Deus sabe como, na luta comum em favor do engrandecimento nacional.

O Governo do Piauí está imensamente agradecido à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra por esta oportunidade, que lhe foi ofereci-

da para uma prestação de contas do que tem feito para colocar o Estado na trilha do progresso e de seu enriquecimento econômico.

Com as providências, ao seu alcance, adotadas e ora enunciadas como pudessem verificar, para mim a missão foi das mais fáceis.

Agora, os suportes básicos para a superação de uma economia primária já foram implantados, ou estão em fase conclusiva.

Resta, então, que a dinâmica classe empresarial do País, principalmente a do Centro-Sul, examine as possibilidades de realizar, a curto prazo, investimentos no meu Estado, até então desconhecido.

Como já demonstrei, o Piauí, além das inúmeras oportunidades de investimento, oferece, agora, os pré-requisitos essenciais à atuação dos empreendimentos privados. Somando-se aos incentivos fiscais administrados pela SUDENE concedidos de forma prioritária para empreendimentos localizados no Piauí, existe, hoje, um verdadeiro elenco de vantagens e estímulos oferecidos pelo Governo do Piauí, tudo com o objetivo de acelerar o seu processo de desenvolvimento.

Por outro lado, mais de 20 projetos agropecuários e industriais, necessitando de cerca de NCR\$ 20 milhões dos recursos oriundos dos arts. 34 e 18, foram aprovados pela SUDENE, projetos que irão ensejar um grande impacto na economia piauiense e que estão à espera, apenas, de investidores desta região.

Como vêem os Senhores, imprescindível é a participação da classe empresarial do Centro-Sul na exploração das grandes riquezas potenciais do Piauí, inclusive pelo aumento de emprego que proporcionará à mão-de-obra piauiense.

Maus jornalistas, buscando menos orientar e esclarecer a opinião pública do que fazer sensacionalismo, contribuíram, certamente, para que a classe empresarial do País tenha uma visão distorcida da realidade piauiense.

Preocupa-me, Senhores, a urgente necessidade de investimentos desta natureza. O piauiense desperta para o desenvolvimento e, hoje, consciente das profundas diferenças entre o seu e o padrão de vida do homem do Sul, já não esconde a sua insatisfação por não estar usufruindo, na devida conta, dos benefícios que o desenvolvimento oferece às regiões ricas do Brasil.

Protelações ou insensibilidade para a solução dos problemas sociais e econômicos piauienses virão ensejar, sem dúvida, o aparecimento de um clima de tensão, com graves prejuízos para a economia do Estado e com reflexos imediatos na própria segurança nacional.

Senhores, não me dou por satisfeito com o que pôde o Governo do Piauí realizar nestes três anos. Muita coisa ainda se há de fazer no Estado, e, enquanto durar o meu mandato, haverei de lutar para, a cada dia, transformar-lhe a finisnomia, que já deixa de ser a tradicional, para dotar-lhe de novos meios que promovam o seu desenvolvimento.

A partir de agora outras frentes de trabalhos se abrirão, e, entre elas, são primordiais a exploração dos seus recursos minerais, a industrialização de produtos regionais, notadamente as oleaginosas e as frutas típicas; melhorar o processo de comercialização, dotando o Estado de uma rede extensa de armazenamento e criando condições para o associativismo dos produtos rurais; programação intensiva da captação da mão-de-obra, notadamente do setor primário, sem contudo esquecer do industrial e do setor terciário.

Finalmente o próprio Estado deverá dar se possível fosse ainda dele exigir-se, uma prova de que também se dispõe a, diretamente, promover a justiça social e aumentar o poder aquisitivo da sua população, elaborando e executando projeto de exploração racional das fazendas estaduais, sessenta léguas de terra de sua propriedade, com a participação do rurícola, num esforço de comprovação de que, entregando-lhe os meios necessários, o piauiense estará pronto para cumprir a missão, que ninguém lhe poderá substituir, que lhe é própria na luta pelo engrandecimento do seu Estado e fortalecimento do Brasil.

Agradecimento

Senhores da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra: sou grato ao vosso convite, a esta oportunidade de conviver convosco, ao ensino enfim, que me destes de vos mostrar e por vosso intermédio ao País inteiro a imagem real, verdadeira e autêntica do Piauí de hoje.



Chegada ao Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, quando da visita realizada, em setembro de 1969, àquele Estado, sendo recebido pelo representante do Governador, à esquerda, e pela colônia piauiense.



O Governador Helvídio Nunes em São Paulo.

Discurso de Diplomação no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

*Discurso pronunciado pelo ex-Governador
Helvídio Nunes de Barros, no Tribunal Regional Elei-
toral do Piauí, quando de sua diplomação como Se-
nador da República. — Teresina, 8 de janeiro de
1971.*

É com humildade e justificada alegria, Excelentíssimos Senhores do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, que recebo das mãos dos que fazem este Colegiado, o diploma de Senador da República.

Ao longo da minha vida pública, que se iniciou com a eleição para Prefeito de Picos, a minha cidade natal, em 1954, continuada com a conquista de dois mandatos de Deputado Estadual consecutivos, durante os quais ocupei diferentes postos no quadro político-administrativo do Piauí, destacadamente a presidência, por três biênios sucessivos, da extinta União Democrática Nacional, e a então Secretaria de Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio, e que culminou com a eleição para Governador do Piauí, em 1966, sempre adotei a verdade como meio de comunicação, o respeito à Justiça como princípio, o repúdio à demagogia como norma, a seriedade no trato da coisa pública como dever indeclinável, o desprezo à popularidade, custeada com o dinheiro do povo, como expediente salutar, a probidade administrativa como regra imperiosa, sem receio de perfilhar medidas que as conveniências políticas desaconselhavam mas que o interesse do Estado exigia.

Antes e sobretudo após deixar, voluntariamente, as elevadas funções do cargo de Governador do Piauí, no dia 14 de maio de 1970, sofri, como jamais supus pudesse sofrer. Não o sofrimento físico, mas o de ordem moral, manipulado por diferentes e poderosas forças, algumas simuladamente amigas, todas movidas pelo desejo de esmagamento daquele que só cultivou o sentimento de lealdade e que jamais abrigou ódio no coração.

A renúncia antecedeu a campanha que me procurou incompatibilizar com o Governo Federal, especialmente com o Serviço Nacional de Informações, e que deveria eclodir traduzida em veto às minhas pretensões eletivas. Faziam-se

as notícias, circulavam os boatos, tudo com o escopo de gerar intranquilidade e incerteza.

Renunciei, consoante e no prazo da Lei, para concorrer às eleições de 15 de novembro. Antes e ao fazê-lo, não cometi favores, não pratiquei atos cujas consequências tivessem que ser por outros suportadas, excluídos os da rotina administrativa, não realizei inventário. Ao contrário, cinco milhões, setecentos e oito mil, trezentos e vinte e oito cruzeiros (Cr\$ 5.708.328,00), destinados a investimentos e vinculados a programações concertadas com o Ministério do Planejamento, ficaram depositados no Banco do Estado do Piauí S/A.

Depois da renúncia fugiram os áulicos. Ficaram, porém, os amigos. Desci à planície. Voltei ao lar e à tranquilidade da família.

Vésperas da Convenção partidária de 14 de agosto de 1970, que escolheria os candidatos da Aliança Renovadora Nacional, no Piauí, ao Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa.

Pareceu, em determinado instante, que o mundo desabaria sobre a minha cabeça. As injúrias, as difamações, as calúnias, a intriga, urdidas aqui, em Brasília e no Rio de Janeiro, aumentaram de intensidade. Forjaram-se documentos. Fraudaram-se certidões. Assoalharam inverdades. Quanta ignomínia, meu Deus!

As armas, em seguida, foram assestadas sobre os convencionais. Campearam as promessas, o engodo, a dissimulação. Surgiu a coação. Despertaram ressentimentos. Ressuscitaram vinculações. Enxamearam queixas. E até mesmo as vaidades, habilmente feridas e exploradas, formaram o complexo de forças que me deveria derrotar.

Os leais e dedicados companheiros de partido, aos quais não concedi privilégios e benemerências, deram-me a vitória. Vitória que antes de ser minha pertenceu à Aliança Renovadora Nacional, pois que à ARENA servi desde a sua criação.

Nova fase da luta. Aos desafetos, despidos e acobertados, sem esquecer os despeitados, coligaram-se os ferrenhos e declarados adversários políticos e inimigos pessoais. O silêncio de um, que se atirou certa época e meus pés, foi obtido; a aquisição de outro alcançou mais um objetivo: a continuação das aleivosas publicações e doestos contra mim.

Bateram às portas da Justiça. Impugnaram a minha candidatura. O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por quatro votos contra um, deu-me a vitória esperada, mas não desejada. Recorreram. E o Tribunal Superior Eleitoral, por decisão unânime, em que não faltou o apoio do Procurador da República, absolveu-me das imputações que me atiraram e determinou o prosseguimento do processo para apuração da responsabilidade dos acusadores. Uma vitória total, arrasadora, que me encheu a alma de justificado contentamento.

O júbilo durou pouco. Afrontando a própria Justiça, a irrecorrível decisão do TSE, no desenrolar da campanha eleitoral os mesmos apodos, as mesmas objurgatórias foram pública e impunemente reencenadas. E mais, exploraram a lo que era de todos: exploraram a responsabilidade do governante que, tendo condições para fazer, em nenhum instante pensou em prejudicar os futuros administradores, deixando-lhes ônus que não pudessem solver; exploraram a dignidade do governante que não se serviu da coisa pública para fazer proselitismo político, certo que a pequenez dos vencimentos pagos ao funcionalismo não pode ser creditada à sensibilidade do dirigente, mas às próprias condições de pobreza do erário estadual; enfim, exploraram, e sempre em proveito próprio, a boa fé dos incautos, a humildade dos simples, as carências dos mais necessitados, a pobreza dos mais miseráveis, como se o Estado do Piauí pudesse ser isoladamente responsável pelas chagas, de uma estrutura social anacrônica, que infelizmente, ainda envergonham a humanidade.

Foi o império da demagogia, aliada ao incitamento à infidelidade partidária, à traição, aos cambalachos eleitoreiros, às composições espúrias, que ainda encontraram ressonância na fátua linhagem de caducos preconceitos.

Passada a refrega eleitoral, vitoriosa a ARENA, eleito ao Senado Federal, cumpridos, em toda plenitude, os compromissos partidários assumidos, a minha vitória é a vitória da perseverança, do destemor, da fé. Eis porque a recebo com humildade e justificada alegria. Deu-me o povo e a reconheceu e acaba de proclamá-la a Justiça. Justiça especializada que aplaudo, Justiça com que me rejubilo, Justiça que pode cometer erros, pois que por homens exercida, erros, intretanto, que não lhe retiram a grandeza, muito menos a majestade.

Excelentíssimas Autoridades.

Não pretendi e não cogito de fazer história. Limitei-me a citar fatos, infelizmente verdadeiros, ocorridos em passado recente, para mostrar quão pesados são os ônus que a vida pública ainda oferece.

Dos tristes e lamentáveis episódios, que me marcaram indelevelmente a alma, não guardo, todavia, rancores ou ressentimentos.

Empenhei-me, mais uma vez, na disputa eleitoral, convencido de que ainda deveria participar da vida político-administrativa do meu Estado. Fi-lo na convicção da prestabilidade dos meus serviços à causa do Piauí; fi-lo na certeza de que a experiência adquirida poderia servir de resposta a vários problemas que ainda afligem a população do Piauí.

Desprovido de bens materiais, tenho, por outro lado, um imenso patrimônio moral, que saberei preservar, para legá-lo aos meus descendentes.

Paralela e concomitantemente, existe um cabedal político, expresso em diversas oportunidades e na última pugna eleitoral, que haverei de defender, não

para regalo próprio, mas para transformá-lo em trabalho diuturno em favor do progresso e do desenvolvimento do Piauí.

É verdade que a vida pública oferece incompreensões, dissabores e desilusões. Não é menos verdade, também, que proporciona alegria. É o que experimento nesta hora. Alegria pela vitória, alegria pela sua expressão numérica, alegria pela alegria dos amigos, dos companheiros e dos correligionários, alegria pelo reconhecimento e conseqüente proclamação da vitória, alegria, sobretudo, pelo que representa e significa, de maneira especial para mim, a satisfação do dever cumprido.

Com efeito, não existe satisfação comparável àquela que deflui, sem falsa modéstia, do juízo de prestância e da prestimosidade do trabalho realizado. São as obras e os serviços executados, cuja existência e utilidade constituem permanente desafio aos demolidores. São as obras e os serviços que todos vêem e de que todos participam, pois que marcados pelo caráter da generalidade. São as obras e os serviços que enfrentam o tempo e que se projetam no futuro, a cada dia mais ganhando consistência, e se fixando e adquirindo os contornos definitivos das coisas criadas para permanecer.

São as obras de infra-estrutura. Quase cinquenta por cento das cidades piauienses com as respectivas redes de distribuições de energia construídas. A inauguração e o funcionamento da Usina Hidrelétrica da Boa Esperança. São as linhas de transmissão que se dirigem às principais comunidades do Estado. É a eletrificação rural que se inicia sob os melhores auspícios. É a pavimentação asfáltica acelerada da BR/316. São as ligações rodoviárias Parnaíba-Chaval, Barras—Nossa Senhora dos Remédios—Porto, Canto do Buriti—São Raimundo do Nonato, Canto do Buriti—Eliseu Martins, Simplicio Mendes—Conceição do Canindé, Teresina—Palmeirais. É a PI-4, no trecho Bertolínia—Cristalândia, que por certo não será paralisada. São as dezoito estradas vicinais, são as pontes, encurtando distâncias e vencendo obstáculos.

São as obras de saneamento básico. A primeira etapa do sistema de esgotos sanitários de Teresina, a construção da rede de distribuição de água da Capital, e as primeiras medidas para a interiorização dos serviços das empresas.

São as obras ligadas à educação e à saúde. Mais de mil salas de aula, construídas e recuperadas, para o ensino primário. São cem novas salas de aula para o ensino médio. É a criação da Faculdade de Medicina. É a constituição da Fundação Universidade Federal do Piauí. São os hospitais em funcionamento, em Teresina e nas principais cidades interioranas. São as unidades mistas e os postos de saúde, cobrindo toda a área do Estado. É a duplicação da oferta de leitos hospitalares no Piauí.

São as milhares de casas populares construídas pela COHAB—PI. São dezenas de casas e apartamentos edificadas pelo IAPEP, destinados ao funcionalismo. É o Serviço Social do Estado, através de centros sociais e diretamente, na

Capital e no interior, prestando assistência de toda sorte, desenvolvendo notável trabalho de preparação e qualificação profissional.

É a luta em prol da construção do porto marítimo do Piauí, já reduzido a modelo nos laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias.

São os serviços de implantação do sistema de microondas, o tronco-norte em pleno e regular funcionamento, criando condições excepcionais às comunicações e possibilitando o recebimento da imagem da televisão.

É a reforma administrativa, são os cursos de treinamento realizados no Estado, no país e no exterior. É a mudança urbanística operada em Teresina com a introdução do pavimento asfáltico. São os estádios e as praças de esporte, num decidido incentivo à cultura física. São os açudes e barragens, aeroportos, campos de pouso, edifícios para fórum. É a criação da Secretaria de Agricultura, com a introdução de novas práticas no campo agropecuário, aquisição de perfuratrizes, patrulha motomecanizada e laboratório para análises, ao lado da construção de armazéns para estocagem das colheitas e garantia de preços mínimos.

São as medidas de amparo e estímulo às atividades comerciais, industriais e agropecuárias, por meio da adoção de política creditícia coordenada pelo Banco do Piauí S/A, cujo capital foi elevado de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), e integralizado.

É o eclodir da nova era que haverá de empolgar o Estado — a industrialização, com a criação e implantação do I Distrito Industrial de Teresina.

Autoridades Excelentíssimas.

Não há necessidade de referir, pela impossibilidade mesma de mensurar, o quanto quero ao meu Estado e ao seu povo. As minhas raízes estão ligadas aos que fizeram, anonimamente, a colonização do Piauí.

Concluída, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, a formação profissional, à terra voltei.

Ajudei-a. Trabalhei. Dei-lhe toda a minha inteligência, toda a minha capacidade, o meu esforço integral. Desejei fazer mais. Faltaram-me os meios. Também da terra tudo recebi. Homenagens e títulos, inclusive a cidadania de quase todos os municípios, acima de tudo a honra do dirigi-la, de governá-la.

Agora, eleito e diplomado Senador, enfrentarei com decisão os novos trabalhos que me aguardam. Sei avaliar-lhes o tamanho.

Vou compartilhar da representação do Piauí no Senado Federal. Quero servir. Lutei pelo cargo; cabem-me, daqui por diante, os encargos.

Por certo que, no Senado, os problemas nacionais absorverão dentro da linha política traçada pela Revolução de 31 de março de 1964, as atenções maiores. Entretanto, de modo particular, tudo quanto disser respeito ao Piauí merecerá tratamento especial.

As soluções dos grandes problemas do Piauí dependem, em grande parte, do Governo Federal. Colocarei, portanto, ao lado dos demais companheiros, todo o empenho no sentido de alcançá-las.

Dos piauienses, das classes empresarias e estudantis, dos comerciantes e comerciários, dos profissionais liberais, dos agricultores, dos bancários, dos funcionários, enfim, de todos quantos tenham uma reivindicação válida a formular, desejo o patrocínio.

Ao povo expresso o mais profundo reconhecimento. Aos amigos e companheiros, aos correligionários, notadamente ao Presidente Regional da Aliança Renovadora Nacional — Senador Petrônio Portella, aos Deputados Federais e Estaduais, ao eleitor anônimo de todo o Piauí, à imprensa falada e escrita, às autoridades civis, militares e eclesiásticas, o penhor da minha amizade e gratidão, a par da certeza de que, ontem como amanhã, conjugados os esforços, faremos cada vez mais e melhor pelo aceleramento do processo de desenvolvimento do Estado.

A Deus, fonte primeira e última de todas as coisas, rogo que sempre me assista.

Na Justiça reitero a minha confiança. Ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí as minhas homenagens, que pertencem, por igual, a todos os seus dedicados funcionários.

Creio no Brasil. Creio na Revolução de 31 de março de 1964, que reacendeu a esperança na alma nacional, e mais que isso, infundiu em todos a confiança no futuro deste País.

Creio no Piauí que se organiza, que expulsou o marasmo e a improvisação, que se agita, que pensa, que sabe o que quer, que planeja, que reclama, que reivindica, que adquiriu consciência das suas potencialidades, que progride e que se desenvolve. E mais do que na terra, creio no homem, no piauiense.

A SUDENE e o Piauí

Primeiro discurso pronunciado no Senado Federal, no dia 4 de maio de 1971.

Sr. Presidente, a passagem de uma longa e intensa atividade executiva, com ligeiro interregno na área legislativa estadual, plena de problemas a exigirem prontas decisões, muitas vezes quase sem pausas para reflexões, em que o difícil é selecionar o que fazer, pois que o pensar é uma função do agir, para o tipo de criação intelectual em que hoje me empenho, impôs-me um condicionamento psicológico, de que me estou libertando, que me impediu, até hoje, de participar ativamente dos trabalhos do Plenário desta Casa.

Prefeito de minha cidade natal — Picos, Deputado estadual em duas legislaturas consecutivas, na última das quais ocupei a Secretaria de Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio, na administração do então Governador e hoje Senador Petrônio Portella, ilustrado Presidente deste Colegiado, presidente em três biênios sucessivos, do Diretório Regional da extinta União Democrática Nacional, Governador do Estado do Piauí, de 12 de setembro de 1966 a 14 de maio de 1970, eis, em largas pinceladas, o elenco das principais atividades exercidas na minha vida pública.

Estou ciente e consciente das minhas novas e atuais responsabilidades. Defini-as no discurso que pronunciei, ao ensejo da diplomação dos candidatos eleitos no pleito de 15 de novembro de 1970, em solenidade realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. E não me custa, por ser breve, repeti-las: "... eleito e diplomado Senador, enfrentarei com decisão os novos trabalhos que me aguardam. Sei avaliar-lhes o tamanho. Vou compartilhar da representação do Piauí no Senado Federal. Quero servir. Lutei pelo cargo, cabem-me, daqui por diante, os encargos. Por certo que, no Senado, os problemas nacionais absorverão, dentro da linha política traçada pela Revolução de 31 de Março de 1964, grandes atenções. Entretanto, de modo particular, tudo quanto disser respeito ao Piauí merecerá tratamento especial. As soluções dos grandes problemas do Piauí, dependem em grande parte, do Governo Federal. Colocarei, portanto, ao lado dos demais companheiros, todo o empenho no sentido de alcançá-los."

Com esta ótica, Senhor Presidente e Senhores Senadores, pretendo desenvolver os meus trabalhos nesta Casa. Não me movem outros sentimentos senão

os de bem servir; não alimento outros propósitos que não os de ser útil ao País, à região nordestina e ao meu Estado — o Piauí.

Começo por afirmar, fixando posição e definindo responsabilidades, que me alinho entre os que lutam, clamam e reclamam o desenvolvimento global do Brasil, extirpados os desníveis regionais e os que se verificam na própria região geoeconômica.

Daí, a par dos encômios creditados ao Governo Federal, a relevância que empresto ao trabalho desempenhado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, que há mais de um decênio realiza, com as limitações legais e materiais conhecidas, sem esquecer as de ordem política, notável esforço em favor do progresso harmônico do sofrido Nordeste.

Integrei, durante quase quatro anos, o Conselho Deliberativo da SUDENE, como Governador do Piauí, nas superintendências dos generais Euler Bentes Monteiro e Tácito Gaspar Teófilo de Oliveira, pois que breve a do Economista Rubens Vaz da Costa, convocado para a presidência do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Verifiquei de perto a luta em que se empenhavam dirigentes, técnicos e servidores na defesa da filosofia que a todos empolgava — o desenvolvimento integral do Nordeste.

Ocorre, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que, para tornar exequível, ou pelo menos possível os elevados objetivos perseguidos pela Revolução de Março de 1964, relativamente ao desenvolvimento uniforme naquela área, é imperioso que se conheçam, e sobretudo que se atendam, às peculiaridades de cada Estado-membro e particularmente às do Piauí.

Com efeito, a colonização do Piauí, que nasceu sob o signo da pecuária extensiva, ocorreu do centro para o litoral, impondo-lhe, geograficamente, o isolamento dos centros produtores do Brasil-Colônia.

A atividade criatória determinou a rarefação demográfica e conduziu os excedentes de mão-de-obra à lavoura de subsistência, em torno de um centro dominante — a fazenda de criação.

Surgiu, à falta de comunicações e de transportes, a “civilização do coro,” de que dá notícia Capistrano de Abreu.

Economia fechada, tipicamente de autoconsumo, não exigia investimentos. Em decorrência, a inexistência do risco não poderia gerar uma mentalidade empresarial, imprescindível à integração do Estado na economia de mercado do País.

Se econômica e sociologicamente o quadro atual ainda guarda muito do passado, a nova mentalidade política começou por modificar a maneira de governar, transformando o exercício do poder, antes veículo para satisfação de interesses grupais ou familiares, em instrumento de promoção do bem público.

Esta mudança da maneira de pensar, pensar, repito, que é uma função do agir, teria que trazer, como corolário, uma profunda transformação no processo de formação sócio-econômica do Estado.

E o Piauí de hoje, embora com setenta por cento de sua população e oitenta por cento de sua mão-de-obra nas zonas rurais, com sessenta por cento de pessoas que não sabem ler, com renda *per capita* que mal ultrapassa a casa dos cem dólares, agricultura ainda de subsistência e criação extensiva, indústria incipiente, com a média de cinquenta por cento de capacidade ociosa, trama rodoviária deficiente, baixa densidade demográfica e linhas de transmissão servindo a um reduzidíssimo número de municípios, renda tributária que não chega a quarenta milhões de cruzeiros, apesar de tudo, particularmente do abandono, até bem pouco, do Governo Central, vem crescendo e progredindo, plantando uma infra-estrutura eficiente e adquirindo uma consciência que lhe permite, hoje, reivindicar e reclamar maior participação nos investimentos nacionais.

Creio, Senhor Presidente e Senhores Senadores, na SUDENE. Sei que muitos lhe atiram pedras, e desejam, e querem e pedem a sua extinção. Entendo que cometeu erros, pois que não é perfeita. A política de incentivos fiscais e financeiros, consubstanciada nos arts. 34 e 18 dos seus Planos-Diretores, não conseguiu levar ao Piauí os recursos necessários à implantação dos projetos agropecuários e industriais, que aprovou e tachou de prioritários para o Nordeste.

Apesar disso, formo ao lado dos que a defendem intransigentemente e que proclamam intocáveis os incentivos fiscais.

Voltada para os problemas do Nordeste, há de a SUDENE descer a nível de Estado, para analisando as peculiaridades econômicas e sociais, fixar diretrizes específicas para o desenvolvimento equilibrado da área.

Os transportes — ferroviários, rodoviários, marítimos e fluviais, mormente os de penetração e integração — dizem respeito, também, às exigências da segurança nacional. E a navegabilidade do rio Parnaíba e a construção do porto marítimo são essenciais à unidade econômica do Piauí.

Paralelamente, cabe ao Poder Central perfilhar uma política de incentivos próprios que provoquem os grupos econômicos de preferência os nacionais, a carrearem recursos para aquela região, atraídos pelas economias externas e subsídios que lhes são proporcionados pelo Estado.

Proclamo que se encontram no setor primário as melhores perspectivas para o desenvolvimento do Piauí. Foi com este enfoque que as últimas administrações do Estado, a começar em 1963, recuperaram e consolidaram o Banco do Estado do Piauí S.A., atualmente o principal suporte financeiro de todas as atividades estaduais, de tal sorte que no meu Governo pude criar um Fundo de Financiamento, que permitiu a muitos empresários a contratação de técnicos e escritórios, sem o desembolso de recursos próprios, para a elaboração de projetos.

os de bem servir; não alimento outros propósitos que não os de ser útil ao País, à região nordestina e ao meu Estado — o Piauí.

Começo por afirmar, fixando posição e definindo responsabilidades, que me alinho entre os que lutam, clamam e reclamam o desenvolvimento global do Brasil, extirpados os desníveis regionais e os que se verificam na própria região geoeconômica.

Dai, a par dos encômios creditados ao Governo Federal, a relevância que empresto ao trabalho desempenhado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, que há mais de um decênio realiza, com as limitações legais e materiais conhecidas, sem esquecer as de ordem política, notável esforço em favor do progresso harmônico do sofrido Nordeste.

Integrei, durante quase quatro anos, o Conselho Deliberativo da SUDENE, como Governador do Piauí, nas superintendências dos generais Euler Bentes Monteiro e Tácito Gaspar Teófilo de Oliveira, pois que breve a do Economista Rubens Vaz da Costa, convocado para a presidência do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Verifiquei de perto a luta em que se empenhavam dirigentes, técnicos e servidores na defesa da filosofia que a todos empolgava — o desenvolvimento integral do Nordeste.

Ocorre, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que, para tornar exequível, ou pelo menos possível os elevados objetivos perseguidos pela Revolução de Março de 1964, relativamente ao desenvolvimento uniforme naquela área, é imperioso que se conheçam, e sobretudo que se atendam, às peculiaridades de cada Estado-membro e particularmente às do Piauí.

Com efeito, a colonização do Piauí, que nasceu sob o signo da pecuária extensiva, ocorreu do centro para o litoral, impondo-lhe, geograficamente, o isolamento dos centros produtores do Brasil-Colônia.

A atividade criatória determinou a rarefação demográfica e conduziu os excedentes de mão-de-obra à lavoura de subsistência, em torno de um centro dominante — a fazenda de criação.

Surgiu, à falta de comunicações e de transportes, a “civilização do coro,” de que dá notícia Capistrano de Abreu.

Economia fechada, tipicamente de autoconsumo, não exigia investimentos. Em decorrência, a inexistência do risco não poderia gerar uma mentalidade empresarial, imprescindível à integração do Estado na economia de mercado do País.

Se econômica e sociologicamente o quadro atual ainda guarda muito do passado, a nova mentalidade política começou por modificar a maneira de governar, transformando o exercício do poder, antes veículo para satisfação de interesses grupais ou familiares, em instrumento de promoção do bem público.

Esta mudança da maneira de pensar, pensar, repito, que é uma função do agir, teria que trazer, como corolário, uma profunda transformação no processo de formação sócio-econômica do Estado.

E o Piauí de hoje, embora com setenta por cento de sua população e oitenta por cento de sua mão-de-obra nas zonas rurais, com sessenta por cento de pessoas que não sabem ler, com renda *per capita* que mal ultrapassa a casa dos cem dólares, agricultura ainda de subsistência e criação extensiva, indústria incipiente, com a média de cinquenta por cento de capacidade ociosa, trama rodoviária deficiente, baixa densidade demográfica e linhas de transmissão servindo a um reduzidíssimo número de municípios, renda tributária que não chega a quarenta milhões de cruzeiros, apesar de tudo, particularmente do abandono, até bem pouco, do Governo Central, vem crescendo e progredindo, plantando uma infra-estrutura eficiente e adquirindo uma consciência que lhe permite, hoje, reivindicar e reclamar maior participação nos investimentos nacionais.

Creio, Senhor Presidente e Senhores Senadores, na SUDENE. Sei que muitos lhe atiram pedras, e desejam, e querem e pedem a sua extinção. Entendo que cometeu erros, pois que não é perfeita. A política de incentivos fiscais e financeiros, consubstanciada nos arts. 34 e 18 dos seus Planos-Diretores, não conseguiu levar ao Piauí os recursos necessários à implantação dos projetos agropecuários e industriais, que aprovou e tachou de prioritários para o Nordeste.

Apesar disso, formo ao lado dos que a defendem intransigentemente e que proclamam intocáveis os incentivos fiscais.

Voltada para os problemas do Nordeste, há de a SUDENE descer a nível de Estado, para analisando as peculiaridades econômicas e sociais, fixar diretrizes específicas para o desenvolvimento equilibrado da área.

Os transportes — ferroviários, rodoviários, marítimos e fluviais, mormente os de penetração e integração — dizem respeito, também, às exigências da segurança nacional. E a navegabilidade do rio Parnaíba e a construção do porto marítimo são essenciais à unidade econômica do Piauí.

Paralelamente, cabe ao Poder Central perfilhar uma política de incentivos próprios que provoquem os grupos econômicos de preferência os nacionais, a carrear recursos para aquela região, atraídos pelas economias externas e subsídios que lhes são proporcionados pelo Estado.

Proclamo que se encontram no setor primário as melhores perspectivas para o desenvolvimento do Piauí. Foi com este enfoque que as últimas administrações do Estado, a começar em 1963, recuperaram e consolidaram o Banco do Estado do Piauí S.A., atualmente o principal suporte financeiro de todas as atividades estaduais, de tal sorte que no meu Governo pude criar um Fundo de Fomento, que permitiu a muitos empresários a contratação de técnicos e escritórios, sem o desembolso de recursos próprios, para a elaboração de projetos.

Além disso, através do Núcleo de Assistência à Indústria — NAI —, Departamento do Fomento Industrial do Piauí — FOMINPI, o Piauí presta assistência técnica às pequenas e médias empresas, mediante taxas fixas, sem fins lucrativos, na elaboração, implantação, modernização, realocização ou ampliação de projetos, e as orienta no sentido da obtenção de maiores índices de produtividade. E mais, em 1969 o Governo estadual criou o Fundo Rotativo de Estímulo à Iniciativa Privada — FREIPI, com recursos depositados no Banco do Estado e movimentados pelo FOMINPI.

O Estado do Piauí também oferece financiamento, consoante as suas possibilidades, à captação de recursos provenientes dos arts. 34 e 18, e concede isenção de 60% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias para indústrias pioneiras e de 30% para qualquer atividade industrial, contanto que o produto seja reinvestido em projetos, próprios ou alheios, situados no Estado. E o próprio comércio — providência pioneira no País — pode descontar 5% dos impostos devidos ao Estado para aplicação em projetos ou empresas industriais.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Senadores, apesar de todo este esforço, de todo o elenco de incentivos fiscais administrados pela SUDENE, concedidos de forma prioritária aos empreendimentos localizados no Piauí, e das vantagens e estímulos oferecidos pelo Governo do Estado, cerca de vinte projetos agropecuários e industriais, aprovados pela SUDENE, e que irão ensejar um grande impacto na economia do Piauí, necessitando aproximadamente de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) dos recursos oriundos dos arts. 34 e 18, estão à espera de investidores.

Que fazer? Como eliminar as distorções, ou pelo menos minimizá-las, que existem na própria região nordestina?

Em âmbito nacional, a matéria pertinente aos incentivos fiscais e financeiros está inserta na "Consolidação das Normas Legais da SUDENE," capítulo XIII, que faculta à pessoa jurídica, "mediante a indicação em sua declaração de rendimentos... descontar até 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto de Renda e de adicionais não restituíveis que deva pagar, para fins de aplicação ou reinvestimento em projetos agrícolas, industriais, de telecomunicações, entre comunidades da área de atuação da SUDENE, e de energia elétrica que esta Autarquia tenha declarado, ou venha a declarar, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste."

O depositante que pretender valer-se do incentivo, todavia, "deverá aplicar os respectivos recursos até o dia 31 de dezembro do ano seguinte àquele em que puder fazer, sem atraso, o recolhimento da última parcela do Imposto de Renda devida," prazo findo o qual só poderá aplicá-los em projetos indicados pela SUDENE, e até o dia 31 de dezembro do "segundo ano seguinte àquele em que puder fazer, sem atraso, o recolhimento, sob pena de transferência dos referidos recursos ou respectivos saldos para a conta do FURENE" (Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste), em relação aos depósitos realizados no

exercício de 1968, penalidade que também incide, nos termos do § 3º do art. 158, sobre os verificados em 1966 e 1967.

Conheço as diligências do Poder Central e da SUDENE com o escopo de carrear tais recursos para o Piauí, Maranhão e Fernando de Noronha, que figuram, pelo simples fato de localização, na faixa de prioridades para efeito de participação dos benefícios dos arts. 34 e 18.

Esta política, aliás, está magistralmente expressa no art. 190 da Consolidação, *in verbis*:

"A participação de cada Estado na distribuição dos recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Seção será tanto maior quanto menos desenvolvida a região."

Que se observa? Qual a gritante realidade? Os projetos localizados nos Estados menos desenvolvidos não logram aplicações junto aos empresários do Centro-Sul, de modo particular dos vários escritórios de captação de recursos. É que os titulares de depósitos preferem as regiões mais adiantadas, que lhes possam proporcionar rendimentos mais imediatos, ou, quando as indicações são feitas por intermediários, aos que ofereçam melhores honorários, em que pese as medidas consignadas no cap. XV da Consolidação.

Certo é que, enquanto a legislação atual não sofrer alteração, sabido que, ao invés de diminuir, cada vez mais se acentuam as disparidades inter-regionais, os Estados menos desenvolvidos não participarão, com a urgência e o volume que o desenvolvimento global do País requer, dos benefícios dos incentivos fiscais e financeiros da SUDENE.

Lembro-me de que, no princípio de 1969, quando se cogitava da elaboração do IV Plano Diretor da SUDENE, o Piauí, por meu intermédio, apresentou proposição, que ainda hoje julgo válida, direi mesmo indispensável, objetivando a melhoria do quadro existente, a qual, em virtude de causas que não vem a pelo investigar, não alcançou sucesso.

Levei o problema, então, ao Exmº Sr. Presidente Emílio Garrastazu Médici, que, em duas oportunidades, recolheu as razões expostas pelo Piauí e que as devolveu — tenho convicção — ao estudo da assessoria competente. Renovaram-se as esperanças.

Trata-se não apenas, reconheço, da modificação de um dispositivo do texto legal, mas da maneira de conceber, equacionar e resolver, dentro da filosofia adotada, grave problema pendente de solução. E quando a iniciativa privada não quer, ou não conta com meios para resolvê-lo, cumpre ao poder público ditá-la.

Com efeito, diz o § 1º do art. 190 da Consolidação.

"O montante das aplicações efetuadas anualmente, em cada Estado, não poderá ser inferior a 5% (cinco por cento) do total dos recur-

...sos disponíveis no fim do ano anterior, mais aqueles previstos para serem depositados no exercício.”

Por enquanto, o Piauí não reclama o cumprimento da norma citada. Conhece-a, mas sabe difícil, considerado o contexto geral dos problemas do Nordeste, a sua aplicação.

Todavia, o § 2º do precitado artigo estabelece:

“Se com referência a um Estado a demanda de recursos derivados dos incentivos mencionados neste artigo, para os respectivos projetos, não atingir o limite estabelecido no parágrafo anterior, a SUDENE promoverá a redistribuição da parte disponível.”

Aí está, Senhor Presidente e Senhores Senadores, um dos caminhos. Que se altere a legislação, se for o caso, que se criem outras normas, se for necessário, que se modifiquem os critérios, se for conveniente, mas que se não descuide de fazer a redistribuição como meta a ser cumprida a médio prazo.

A curto prazo, entretanto, impõe-se que, dos recursos inaplicados, recursos que chamarei de ociosos, pois que ainda não foram objeto de indicação, em tempo hábil, pelos respectivos titulares, a aplicação da parte necessária à cobertura financeira dos projetos, a serem implantados no Piauí ou em outras áreas-problemas, seja feita pela própria SUDENE, sem outras conveniências e delongas.

Na semana próxima pretérita, a Secretaria Executiva da SUDENE, através da Portaria nº 255, de 27 de abril, entendeu de disciplinar, mais uma vez, a matéria, pois que determinou que as pessoas jurídicas titulares de recursos provenientes dos arts. 34 e 18, referentes ao exercício de 1969, que não efetuaram a aplicação, até 31 de dezembro de 1970, em projetos de sua livre escolha, só poderão fazê-lo nos projetos industriais e agropecuários localizados nos Estados do Maranhão, Piauí e Sergipe, e nos projetos agropecuários de Alagoas.

O Sr. Lourival Baptista — Permite Vossa Excelência um aparte? (*Assentimento do orador.*) — Quero, nesta oportunidade, congratular-me com V. Exª que, de maneira brilhante, está dizendo dos benefícios que a SUDENE trouxe para o Nordeste. E a resolução aprovada na última reunião da SUDENE, pelo seu Conselho Deliberativo, que determinou que os recursos derivados dos arts. 34 e 18, em projetos de livre escolha das pessoas jurídicas, não aplicados até 31 de dezembro de 1970, data em que expirou o prazo referente ao exercício de 1969, somente poderão ser investidos em projetos industriais e agropecuários localizados no Estado do Piauí — onde Vossa Excelência realizou um grande Governo e é agora representante, com muito brilho, no Senado — no Maranhão, em Sergipe e Alagoas, que têm sido os menos aquinhoados na política desenvolvida da região, é motivo de apreço para todos nós. Nós, principalmente, que governamos estes Estados, eu, Sergipe, e V. Exª o Piauí, só podemos aplaudir o ilustre Superintendente da SUDENE, General Evandro de Souza Lima, e também o Conselho Deliberativo daquele órgão pela aprovação por unanimi-

dade, da resolução na sessão da última quarta-feira, decisão que recebeu aplausos dos representantes dos Ministérios da Fazenda e Planejamento presentes à reunião.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Agradeço o aparte de V. Exª Adianto que, no meu discurso, externo agradecimento à SUDENE e ao seu ilustre Superintendente, embora entenda que a medida capaz de salvar a nossa região, principalmente os Estados mais pobres que compõem o Nordeste, será, como sempre advoguei, advogo e advogarei, a aplicação compulsória dos recursos ociosos que existem na SUDENE.

De outra parte, a SUDENE estimulou em Cr\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de cruzeiros) o montante de tais recursos e atribuiu um limite maior de participação ao Piauí.

Apesar dos elevados propósitos da Secretaria Executiva, a providência, que louvo e aplaudo, não vai além de uma tentativa, de mais um esforço no sentido de carrear recursos para os Estados que enumera.

Com efeito, a restrição da área de opção significa importante passo. A possibilidade de colocação de maior volume de recursos aos piauienses oferece boas perspectivas. O montante da estimativa, considerado o número de participantes, entretanto, e a certeza de que se no prazo consignado as aplicações não se realizarem, ocorrerá a transferência dos recursos, ou saldos respectivos, para a conta do FURENE, constitui motivo para sérias apreensões.

Estou em que se impõe uma decisão mais enérgica, calcada na compulsoriedade das aplicações, o que não ferirá qualquer norma, certo e recerto que a lei não socorre aos que dormem.

É o apelo que desta tribuna do Legislativo Nacional renovo ao Exª Sr. Presidente da República, na certeza de que, mais uma vez, será ouvida a voz do Piauí. (*Muito bem! Muito bem! Palmas.*)



*O Governador Helvídio Nunes preside reunião ordinária da SUDENE
(Recife), tendo ao lado esquerdo o Superintendente,
General Euler Bentes Monteiro.*

Discurso na Convenção da ARENA — PI

Discurso, de improviso, pronunciado na Convenção da Aliança Renovadora Nacional — ARENA, no dia 13 de julho de 1978, que escolheu os candidatos do Partido às eleições de 1978.

Companheiros da Aliança Renovadora Nacional — ARENA.

Senhores Convencionais,

Mais uma vez postulo junto aos companheiros de Partido a minha indicação como candidato ao Senado Federal. Da vez anterior, em processo de eleição direta, ganhei a indicação e obtive a grande maioria dos sufrágios populares.

Agora, alteradas as regras do jogo político, concorro a um pleito eleitoral indireto.

Não foram os políticos que modificaram as regras eleitorais. O Presidente Ernesto Geisel é que promoveu a edição constitucional de 14 de abril, sem a participação, por ação ou omissão, da classe política.

Militante político de mais de vinte anos, comecei a vida pública como Prefeito da minha cidade natal—Picos, cargo que conquistei em renhida luta eleitoral. Quatro anos mais tarde fui eleito Deputado Estadual, o mais votado pela legenda do meu Partido — a União Democrática Nacional. Reeito Deputado Estadual, o mais votado em todo o Piauí, fui convocado para ocupar uma Secretaria de Estado.

Escolhido Governador, em circunstâncias excepcionais, pelo voto indireto e, em 1970, eleito Senador pelo voto direto, jamais tive medo de eleição.

No que respeita aos serviços prestados ao Estado invoco o testemunho dos meus coestaduanos. No Senado Federal, ao longo dos oito últimos anos, no Plenário e nas Comissões técnicas, creio que venho empregando todas as minhas forças em favor do Piauí.

O Sr. *Petrônio Portella* — V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador *Helvídio Nunes*?

O SR. *HELVÍDIO NUNES* — É uma honra ouvi-lo, eminente Senador *Petrônio Portella*.

O Sr. Petrônio Portella — Quero transmitir ao plenário um depoimento que ouvi faz poucos dias, do Senador Daniel Krieger, ilustre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Disse-me ele que V. Exª é um dos melhores e mais completos representantes do País no Congresso Nacional.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Agradeço, comovido, o testemunho que V. Exª acaba de prestar, eminente Presidente do Congresso e nobre Senador Petrônio Portella.

E prossigo, Senhor Presidente e Senhores convencionais e correligionários. Exatamente porque já tenho longa experiência da vida pública, não me molestam os protestos, não me abatem as vozes dos que tentam tumultuar esta sessão. A inconformidade é própria da democracia. (*Palmas.*) Não me atingem, pois, as manifestações dos descontentes, que são legítimas manifestações do regime democrático. (*Palmas demoradas.*)

Outra fosse a lei em vigor e eu estaria, da mesma forma, pedindo o apoio do meu Partido para concorrer, pela segunda vez, à representação do Piauí no Senado da República.

Deixo aos correligionários, assim, o pedido de renovação de confiança, na certeza de que, indicado pelo Partido, tudo farei para corresponder aos anseios de desenvolvimento do Piauí (*Muito bem. Palmas.*)

Discurso de Diplomação na Assembléia do Piauí

Discurso, de improviso, pronunciado pelo Senador Helvídio Nunes no plenário da Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 13 de outubro de 1978, na sessão em que foi diplomado, pela segunda vez, Senador da República.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Excelentíssimo Sr. Deputado Freitas Neto, Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí; Excelentíssimo Sr. Governador Djalma Veloso, Excelentíssimo Sr. futuro Governador Lucídio Portella, Excelentíssimo Sr. Vice-Governador Waldemar Macedo, Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo de Teresina, Dom José Freire Falcão; Excelentíssimos Deputados Estaduais; Excelentíssimo Sr. Prefeito de Teresina, Srs. Secretários de Estado, digníssimas autoridades, senhoras e senhores piauienses.

Há pouco mais de sete anos, em uma solenidade semelhante a esta, recebi do Tribunal Regional Eleitoral o diploma de Senador da República.

Durante estes sete anos, em continuação a uma atividade política desenvolvida a partir de 1954, procurei, munido do mandato que o povo do Piauí me conferiu, exercitá-lo em proveito do País, em benefício da nossa região do Nordeste, e especialmente em obséquio do Piauí. Do que fiz, do que realizei, dão testemunho o Senado Federal e o povo piauiense, ao qual sempre procurei prestar contas daquilo que me foi possível realizar no Senado Federal. De 1971 a esta parte, grandes transformações verificaram-se no Brasil e no mundo, em decorrência das quais penetraram também no campo político. As autoridades federais, face ao episódio por todos conhecido, de abril de 1977, resolveram, através de um ato revolucionário, alterar a legislação do País, de tal sorte que, mais uma vez, Governador e Vice-Governador fossem eleitos pelo processo indireto, com mais uma inovação. Também por este processo, deveria ser eleito um terço do Senado Federal. Que dizer sobre o processo, que dizer sobre as modificações, que dizer sobre as alterações introduzidas na legislação do País pelo Poder Revolucionário?

Bacharel em Direito, Prefeito da minha cidade, duas vezes eleito Deputado Estadual, Governador pelo processo indireto e Senador pelo voto direto, diz-

me a consciência que jamais desonrei os encargos que me foram conferidos, direta ou indiretamente, pelo povo do Piauí. Graças a Deus sou um homem pobre; depois de 24 anos de militância na vida política do Piauí, acho que não tenho galardão maior, que não disponho de herança maior para oferecer aos meus filhos, do que a minha vida pública. Se o processo fosse direto eu estaria, em companhia de Dirceu Mendes Arcoverde, percorrendo todo o Piauí, mas é indireto. As forças políticas do Piauí indicaram-me, sem concorrentes, para receber o novo encargo. Aqui estou, perante o povo do Piauí, comprometido a trabalhar, cada vez mais e melhor, em favor e em benefício do desenvolvimento do Piauí.

Excelentíssimas autoridades, Senhoras e Senhores, uma palavra de agradecimento. Eu gostaria de dizer muitas. Direi apenas uma: aos que fazem a ARENA, aos Prefeitos, aos Vereadores, aos políticos do Piauí, o meu mais profundo e sincero agradecimento. Aos piauienses, ofereço trabalho e também lhes digo: piauienses, muito obrigado.



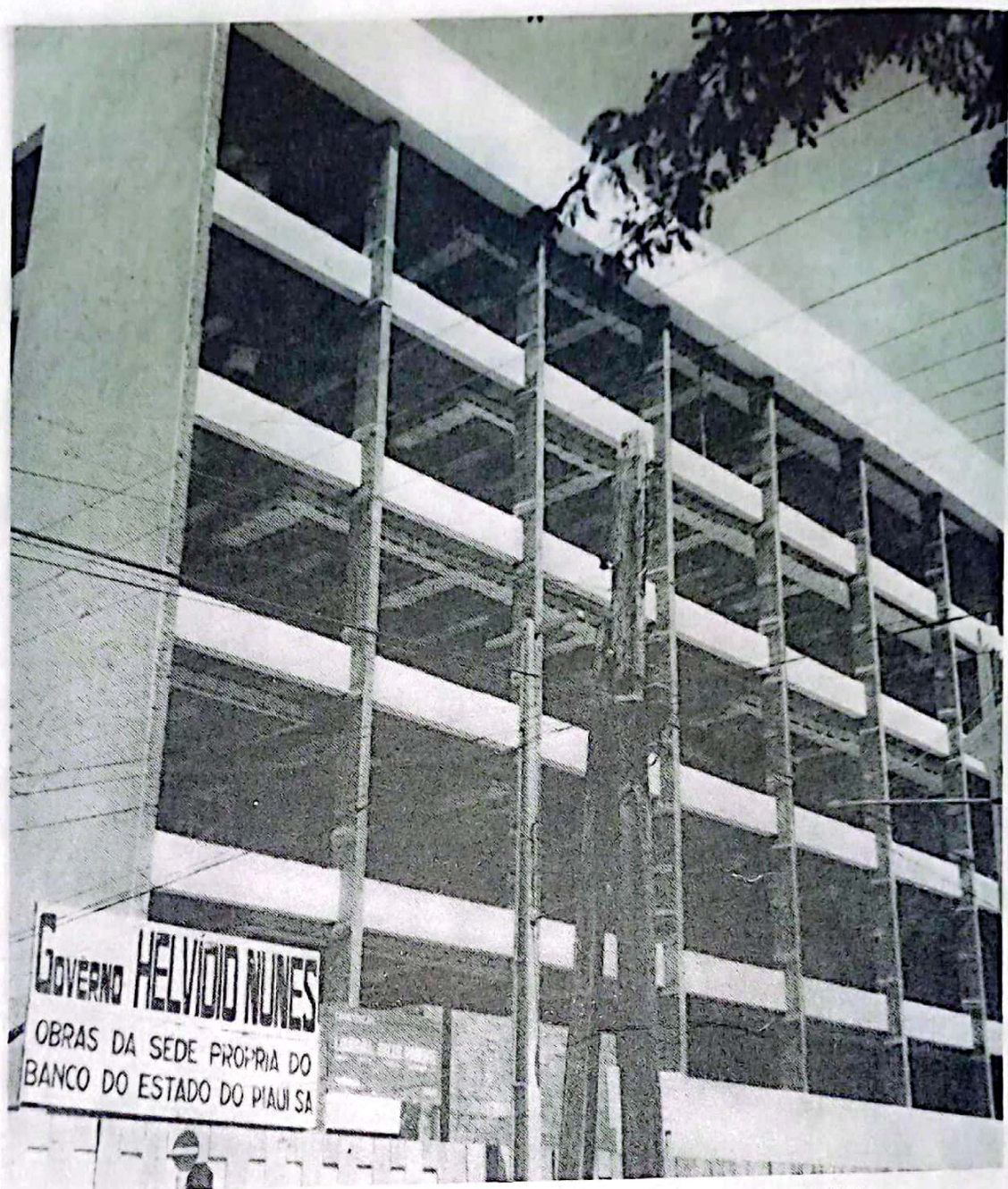
Início da construção da PI-4, Bertolândia — Cristalândia, com a extensão de 600 km.



Trecho Bertolínia — Manoel Emídio, da PI-4.



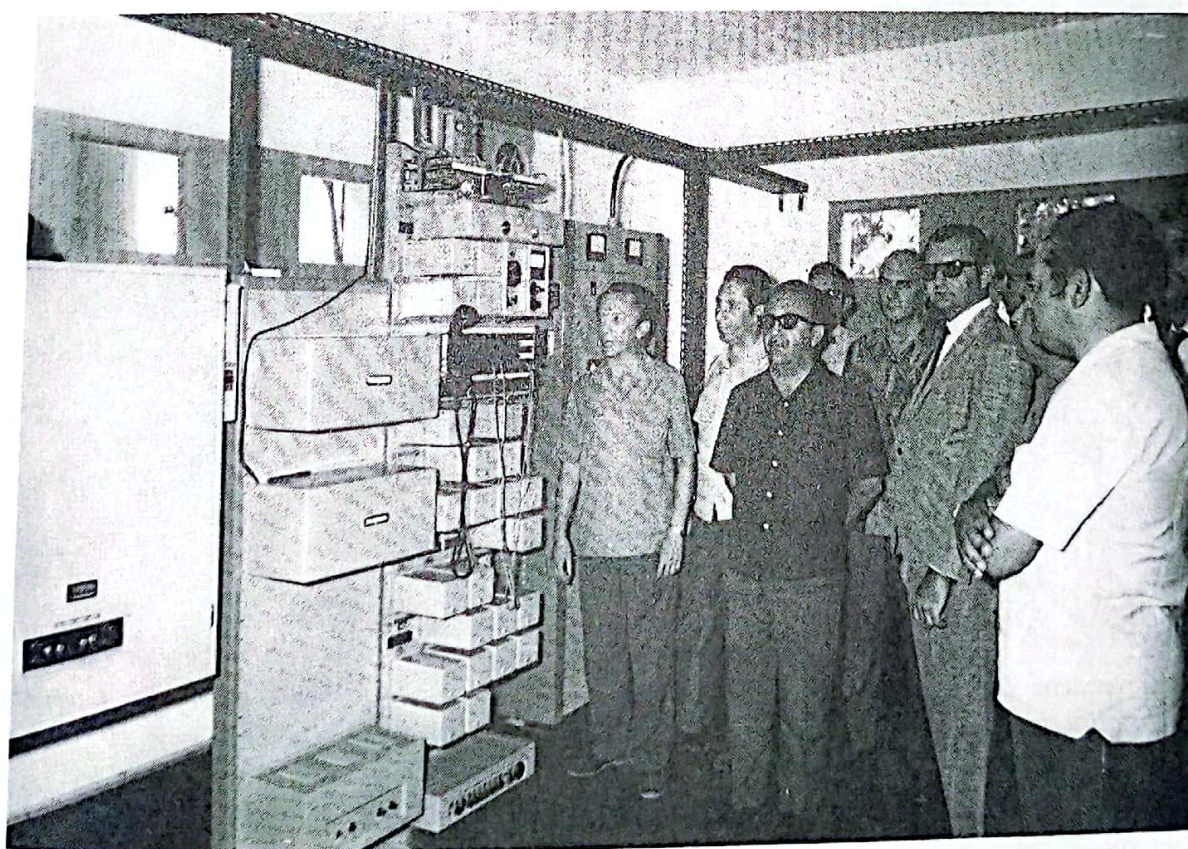
Governador Helvídio Nunes nas obras da Hidrelétrica de Boa Esperança, vendo-se, ao lado, os governadores José Sarney e Plácido Castello, do Maranhão e Ceará, respectivamente.



Construção da sede do Banco do Estado do Piauí, inaugurada em 1968.



Outubro de 1966 — Inauguração da rede de distribuição de energia do bairro Cidade Nova, em Teresina, tendo o Governador Helvídio Nunes, à esquerda, o Dr. Petrônio Portella, candidato a Senador e à direita o Dr. Carlos Livino, Presidente da CEPISA.



O Governador Helvídio Nunes, acompanhado do Dr. Paulo Martins de Deus, Diretor Presidente da TELEPISA, e demais autoridades, inauguram a Cabine e a Central Interurbana em Teresina, e na cidade de Altos a Estação Repetidora de Serra Franca. Microondas.



O Governador Helvídio Nunes, acompanhado da esposa D. Terezinha Nunes, dirige-se à Assembleia Legislativa para proceder à leitura da 4ª Mensagem anual, em Sessão Solene, do dia 31-3-70.



Recebimento do título de cidadão teresinense, vendo-se à Mesa o Vereador Osmar Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Teresina, o Dr. Edgar Nogueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o Cel. Yonan Ferreira, representante do Comandante da Guarnição Federal de Teresina, e os repórteres Carlos Augusto e Almeida Filho.



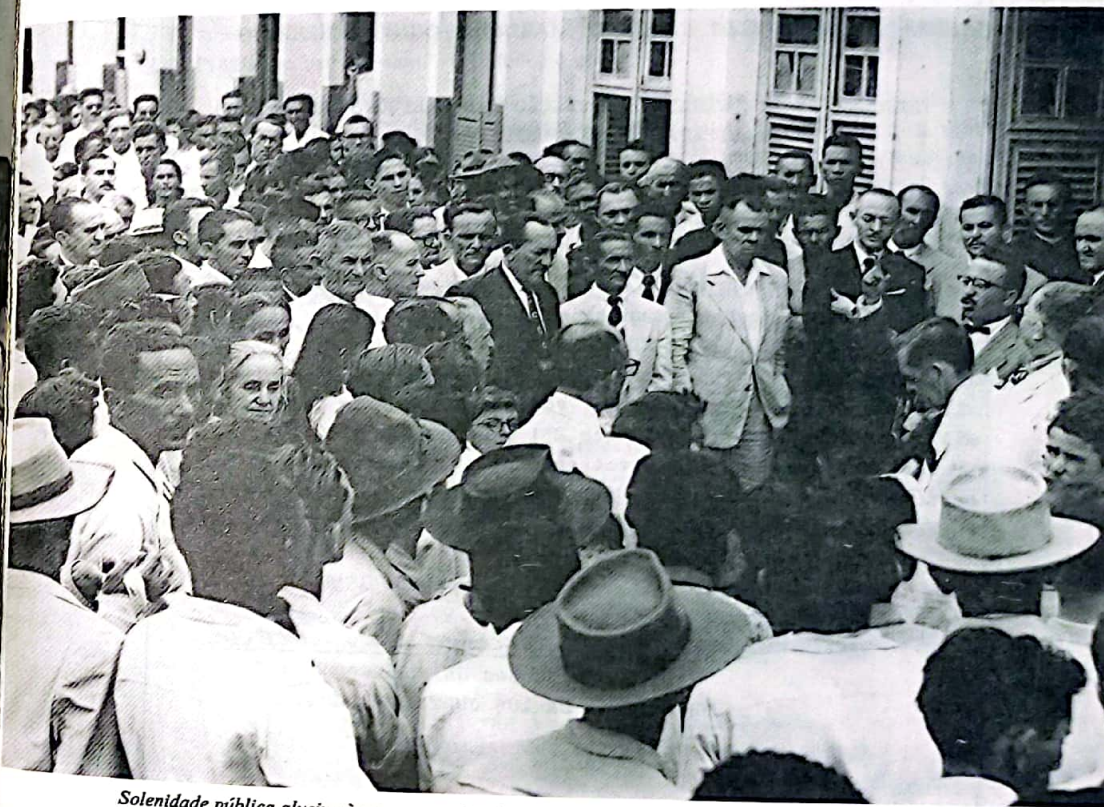
Ginásio de 20 salas - Teresina



14-5-70 — Renúncia do cargo de Governador. Presentes o Senador Cândido Ferraz, o Dep. Waldemar Madêdo, o Dr. Alfredo Nunes, o Sr. Álvaro Melo e outros.



14-5-70 — Renúncia do cargo de Governador. Presentes o Senador Cândido Ferraz, o Dep. Waldemar Madêdo, o Dr. Alfredo Nunes, o Sr. Álvaro Melo e outros.



Solenidade pública alusiva à comemoração do Primeiro Centenário da criação do Município de Picos e da elevação da primeira povoação à categoria de vila, em dezembro de 1955, vendo-se o Prefeito Helvídio Nunes e o então Vice-Governador do Ceará Dr. Flávio Portela Marcílio.



JUSTIÇA ELEITORAL

Piauí

(Circ. ou Estado)

10ª

(Zona ou Comarca)

ATA FINAL DE APURAÇÃO:

JUNTA APURADORA DA 10ª ZONA ELEITORAL DO MUNICÍPIO DE PICOS
ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DA ATA GERAL DE APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS
REALIZADAS NESTE MUNICÍPIO

A 10ª Junta Apuradora, no uso de suas atribuições legais, proclama eleito Prefeito Municipal de Picos (Piauí) o candidato HELVÍDIO NUNES DE BARROS que, nas eleições de 3 de outubro de 1954, obteve 4.269 (quatro mil duzentos e sessenta e nove) votos num total de 9.207 (nove mil duzentos e sete), inclusive 231 (duzentos e trinta e um) em branco, sendo a seguinte a votação dos outros candidatos: Adalberto de Moura Santos 3.533 (três mil quinhentos e trinta e três) e Severo Maria Eulálio 1.174 (um mil cento e setenta e quatro).

Picos, 3 (três) de novembro de 1954.

Osmar Mendes da Rocha

Osmar Mendes da Rocha

PRESIDENTE DA 10ª JUNTA APURADORA



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

JUSTIÇA ELEITORAL

ESTADO DO PIAUÍ

DIPLOMA DE DEPUTADO ESTADUAL

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais:

FAÇO SABER, para os fins de que trata o artigo 118 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral), que, da ATA GERAL da sessão deste Egrégio Tribunal, realizada no dia 22 de janeiro em curso, e que aprovou a apuração das eleições de três (3) de outubro de 1958, consta ter sido proclamado DEPUTADO ESTADUAL o cidadão HELVÍDIO NUNES BARROS eleito pela UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL com 4.881 (quatro mil oitocentos e oitenta e um) votos, para o período de 31 de janeiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963, bem como que é de 206.273 (duzentos e seis mil duzentos e setenta e três) o total de votos válidos apurados e de 53.792 (cinquenta e três mil setecentos e noventa e dois) o total de votos atribuídos à legenda do mesmo Partido. - Eu, Arturino Soares Gomes, Diretor da Secretaria, em exercício, lavrei e subscrevi o presente extrato de ata.

Teresina, 22 de janeiro de 1959.

Arturino Soares Gomes
- Des. OTÁVIO FORTES DO RÊGO.

-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.-

Registrado às fls. 79 (setenta e nove) do Livro Competente.

Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, em Teresina, 26 de janeiro de 1959.

Arturino Soares Gomes
(Assessor Téc. do Diretor da Secretaria)

VISTO:
João Luiz Mesquita
(Diretor da Secretaria)

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

JUSTIÇA



ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

DIPLOMA

O DESEMBARGADOR Manoel Felício Pinto PRESIDENTE
do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, etc:

FAÇO saber que, da Ata Final de Apuração das eleições estaduais realizadas, nesta Circunscrição, no dia 7 de outubro do corrente ano, consta terem sido apurados 224.786 votos para DEPUTADO ESTADUAL, dos quais 64.847 votos foram atribuídos
a União Democrática Nacional e porque
foi eleito, para esse cargo, o seu candidato Helvidio Nunes de Barros
com 6.718 votos, - é conferido e expedido, nos termos do artigo 113 do Código Eleitoral, o presente DIPLOMA ao referido candidato, para que possa investir-se no mencionado cargo e exercê-lo durante o período de 31-01-1963 a 31-01-1967.

Teresina, 31 de dezembro de 1962

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL



O Governador do Estado do Piauí

RESOLVE, nomear HELVÍDIO NUNES DE BARROS para o cargo de Secretário de Estado de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 31 Janeiro de 1963.

Helvídio Nunes de Barros
Imprecisões de impressão,

FEZ-SE EXPEDIENTE
D.D. do D.A.G. em 6.1.2.1963
9.º de Secção Mello

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EST.
— DIVISÃO PESSOAL —
SEC. ADM.
Assinado em 6.1.2.1963
Y. Lúcia
Chefe de Div.

Secretaria de Estado de Viação, Obras
Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio
FEZ-SE ASSENTAMENTO.

Secção do Despeço, e.n. 6.1.2.1963

Helvídio Nunes de Barros Divisão de Pessoal
D.D. do D.A.G. e assentamento
n.º 6.1.2.1963

Ao funcionário *M. Trindade*
para os fins.

Div. de Contas

Jose A. Costa
Diretor

FEZ-SE ASSENTAMENTO de 9.17

Libro de Contas

Div. da Despesa

Placido P. Gomes
Assessor



O Governador do Estado do Piauí

RESOLVE, designar RILVÍDIO NUNES BARROS para responder pelo expediente da Secretaria de Estado da Educação e Saúde, enquanto durar o afastamento do titular efetivo.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 01 de julho de 1963.

[Assinatura]
José Canullo da Silva Filho

EX-81 1.7.63
M. de Rosário Andrade

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
- DIVISÃO -
SEÇÃO ADM.
Anulado em 2.7.63
R. Maria de Oliveira



O Governador do Estado do Piauí

tendo em vista o que consta do processo nº 129/64 do
Departamento de Administração Geral,

R E S O L V E designar, HELVIDIO NUNES DE BARROS, Se-
cretário de Estado de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indús-
tria e Comércio, para responder pelo expediente da SECRETARIA DE
ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, nas faltas, impedimentos e ausên-
cia do titular efetivo DOUTOR PAULO DA SILVA FERRAZ.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 28
de janeiro de 1964.

José Camilo da Silveira Filho

FEZ-SE EXPEDIENTE
D. P. do D. A. G. 15/01/64
Permanência
R/F.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
— DIVISÃO DE PESSOAL —
SITIO ADM. DE PESSOAL
Arrolado em 15/01/64
Cerezius



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Teresina,

CÓPIA AUTENTICADA

**TÉRMO DE POSSE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS,
NO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.**

Aos doze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às catôrze horas e trinta minutos, reunida em Sessão Solene a Colenda Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, no Palácio do Legislativo, sito à praça Marechal Deodoro nº816, nesta cidade de Teresina, Capital do Estado, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado e Presidente da mesma Assembléia - João Clímaco d'Almeida, secretariada pelos Excelentíssimos Senhores Deputados Odilon Carvalho de Almendra Freitas e Waldemar de Castro Macêdo, compareceu e foi introduzido no Plenário, com as formalidades regimentais, o Excelentíssimo Senhor Doutor Helvídio Nunes de Barros, eleito Governador do Estado do Piauí, por esta Augusta Assembléia, na forma do artigo primeiro do Ato Institucional número três, de cinco de fevereiro de mil novecentos e sessenta e seis, e em Sessão Extraordinária realizada no dia três de setembro corrente, para o período de doze de setembro de mil novecentos e sessenta e seis a quinze de março de mil novecentos e setenta e um, na conformidade do artigo segundo, do Ato Complementar número dezanove, de seis de agosto de mil novecentos e sessenta e seis. Em seguida, Sua Excelência prestou, perante esta Colenda Assembléia, o compromisso a que se refere o parágrafo único do artigo sessenta e um, da Constituição do Estado, tendo logo após, ainda de acordo o mesmo dispositivo constitucional, sido empossado no alto cargo de Governador do Estado do Piauí, para o período retro mencionado. E, para constar, eu, José Araújo Mesquita, Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, lavrei o presente Termo de Posse, que, lido e achado conforme, vai assinado pela Mesa e autorizado ora empossado. aa). João C. d'Almeida - Odilon C. de Almendra Freitas - Waldemar de Castro Macêdo - Helvídio N. Barros. x x x

SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina,
22 de abril de 1970.

Confere com o original

Francisco Antônio de Alencar

Datilógrafo 41-6

V I S T O

JOSÉ ARAÚJO MESQUITA

DIRETOR GERAL